



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**THAWANNY VICTÓRIA SANTOS COSTA**

***“AMANHÃ SERÁ MELHOR”*: COTIDIANO FEMININO NAS PÁGINAS DO  
JORNAL *GRITO NO NORDESTE* (1967-1990)**

RECIFE  
2024

THAWANNY VICTÓRIA SANTOS COSTA

***“AMANHÃ SERÁ MELHOR”*: COTIDIANO FEMININO NAS PÁGINAS DO  
JORNAL *GRITO NO NORDESTE* (1967-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Costa, Thawanny Victória Santos.

?AMANHÃ SERÁ MELHOR?: Cotidiano Feminino nas páginas do Jornal Grito no Nordeste (1967-1990) / Thawanny Victória Santos Costa. - Recife, 2024.

65p. : il.

Orientador(a): José Marcelo Marques Ferreira Filho

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2024.

Inclui referências.

1. História das Mulheres. 2. Trabalhadoras Rurais. 3. Gênero. 4. Plantation. 5. Classe Canaveira. I. Ferreira Filho, José Marcelo Marques. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

THAWANNY VICTÓRIA SANTOS COSTA

**“AMANHÃ SERÁ MELHOR”: COTIDIANO FEMININO NAS PÁGINAS DO  
JORNAL GRITO NO NORDESTE (1967-1990)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 22/10/2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Marcelo Marques Ferreira Filho (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria do Socorro de Abreu e Lima (Examinadora externa)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Me. **Marcela Heráclio Bezerra** (Examinadora externa)  
Instituto Federal de Pernambuco

*Dedico esta monografia, e tudo mais que um dia conquistar,  
aos meus avós, dona Nenê e seu João.*

## AGRADECIMENTOS

Valter Hugo Mãe, ao escrever *O filho de mil homens*, meu livro favorito, disse que somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós. Quanto a mim, não poderia concordar mais. Por isso, dedico meus agradecimentos a todos aqueles de quem sou resultado.

A minha família, de forma clichê, agradeço por ser meu alicerce, por fazer de mim quem eu sou, por se orgulhar de cada mínima conquista e por me ensinar desde cedo que o aprendizado é a única coisa que ninguém pode tirar de mim. Que eu jamais esqueça que ser estudante e professora é um sonho realizado, mas que eu sou, antes de tudo, filha, neta, sobrinha, irmã e prima.

A minha avó, Maria Bernadete, por tanto que nem sei como colocar em palavras, mas sobretudo por ter me revestido de amor e cuidado inabaláveis, salvando minha alma da vida e fazendo meu eu. Assim como diz nosso cantor, Fernando Mendes, encontrei em você meu jardim em pleno deserto, e toda vez que tento te falar não contenho minha emoção, eu queria dizer que te amo numa canção.

Ao meu avô, João, porque é quase impossível reconhecer em mim algo que não seja fruto de sua influência. A ti devo meu amor pela história, meu hábito de leitura, forjado nas muitas noites lendo cordel com o auxílio de uma lupa, e meu posicionamento político à esquerda. Você sempre disse que se tivesse a oportunidade de estudar mais, teria virado “doutô”. Apesar de já te considerar um, sigo na minha tentativa de chegar lá por nós dois.

A minha mãe, por ser o meu maior exemplo de como encarar a vida de forma despreziosa e cheia de ambições ao mesmo tempo. Definitivamente, eu não seria quem sou se não fosse a sorte de ser filha da mulher mais corajosa e determinada que já existiu. De ti herdei não só a fisionomia, mas especialmente a capacidade de chorar e dar risada com a vida na mesma facilidade.

Às minhas tias, especialmente Tia Jô, mulheres inteligentes, generosas e engraçadas que nunca deixaram faltar cuidado e carinho. Obrigada por tantas tardes no terraço ou na cozinha de casa e, sobretudo, por sempre se encherem de orgulho ao falar de mim.

A minha irmã, Allany, e meu primo-irmão, Miguel, por me mostrarem as dores e as delícias de acompanhar o crescimento de alguém. Desde que vocês chegaram, eu nunca mais me senti sozinha.

Ao meu orientador, José Marcelo, pela orientação dedicada e pela empolgação contagiante com essa pesquisa antes mesmo da primeira linha ter sido escrita. Sem seu apoio e incentivo nada disso teria sido possível.

Às historiadoras Marcela Bezerra e Socorro Abreu, por suas pesquisas basilares para esse trabalho e por gentilmente aceitarem fazer parte da banca examinadora.

A Matheus Martins, meu primeiro exemplo de historiador, culpado por despertar em mim o sonho de tornar-me professora de História e com quem aprendi, dentre tantas coisas, que se nasci incendiária não posso morrer bombeira. A Allan Alves, por todas as aulas magníficas no pré-vestibular que acalentaram meu coração ansioso e me fizeram ter certeza de que queria cursar História. Se um dia eu conseguir, por meio da docência, mudar a vida de alguém como vocês mudaram a minha, terei cumprido meu chamado.

A todos os professores da UFPE com quem tive a honra de aprender, dentre eles, Bruno Kawai, Christine Dabat, Erica Lôpo, Marcus Carvalho, Rômulo Xavier e Patricia Pinheiro.

Aos meus alunos da Residência Pedagógica, por me ajudarem a reencontrar o amor pela docência e me mostrarem que estou no lugar certo. A Karlene Araújo e Pablo Porfírio, pela supervisão gentil e cuidadosa e por serem grandes exemplos de professores, historiadores e seres humanos.

A Levi, por sempre solucionar minhas tempestades em copos d'água.

Aos meus amigos desde a escola, Déborah, Thyago e Myreli, por acompanhar tantas versões de mim, por acreditarem no meu potencial mesmo quando sou a primeira a duvidar, por dividirem comigo desde às angústias com os simulados até as pequenas alegrias da vida adulta. Aprendi inúmeras lições com cada um de vocês, especialmente o que Ana Suy quis dizer com “a amizade é o amor que deu certo”.

A tia Dani, por ser um grande exemplo de mulher, por ter me adotado como filha e por sempre me presentear com tanta sabedoria e risada em nossas conversas.

A Renata, Luísa, Aline, Helena, Débora, Pedro, Fábio e Duda Andrade, por, cada um à sua maneira, ter tornado a jornada mais leve.

A Conceição Lira, por tanto amor, cuidado e parceria. Serei eternamente grata por nossos caminhos terem se cruzado e por tudo que você já fez por mim.

A todos os companheiros que dividiram comigo os altos e baixos da graduação. Sempre me disseram que era quase impossível estabelecer vínculos profundos e saudáveis no meio acadêmico, vocês me ajudaram a provar o contrário. A Dawyd, Marcio e Claudiane, por dividirem comigo a experiência de ser um vitoricense desbravando o mundo. A Mariana

Soares, por ser, desde o início, minha inspiração acadêmica e parceira de paranoias. A Giovanna Rodrigues, por todas as longas conversas sobre as crises dos 20 e poucos. A Rebeca, por todas as conversas capazes de causar risadas mesmo nos momentos mais difíceis. A Chayenne, por todas as risadas no R.U e todos os abraços aconchegantes.

Finalmente, àqueles que tornaram-se a melhor parte da graduação e da minha rotina: meus galeaners, por me manter atenta e forte. Sete sempre foi meu número da sorte, mas nunca imaginei que seria tão sortuda em encontrar sete companheiros que, mesmo tão diferentes, acabaram por tornar-se uma coisa só. A Carol Alves, pelas conversas, pelo cuidado e pela compreensão que só uma amizade feminina é capaz de oferecer, por todas as declarações éticas e por todas as vezes que ouvimos Taylor. A Daniel Nascimento, meu fiel escudeiro, por ter tornado a universidade menos assustadora, por ter segurado a minha mão desde aquele primeiro dia no ônibus de Vitória e nunca mais soltado, por ser tudo que não sou e pelo que somos juntos. A Gabriel Marques, pela parceria incessante desde a Residência Pedagógica, pelo olhar puxado sempre cheio de amor e carinho, por sempre espantar meus fantasmas, por todos os almoços, cafés, pomodoros, risadas e desabafos, você estará sempre em cada maracatu que eu ouvir. A Hugo José, por ter dividido comigo as primeiras experiências de docência na monitoria do Portal, por ser um farol intelectual e um dos seres humanos mais doces que já conheci – isso você deve a Tia Janda –, por todas as conversas sobre maniçoba, Simão Dias e o FASC. A José Guilherme, meu amigo genial, por tudo e por tanto, mas especialmente por ter enfrentado todos os dragões comigo, por dizer sempre o que eu preciso ouvir, por saber todas as respostas e pelo melhor empadão de frango do mundo. A Luísa Longo, por todas as conversas tão especiais desde aquele primeiro dia no diretório acadêmico e pelo carinho que nunca muda.

E, por último, ao Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes (NuDoc), por ter mudado completamente os rumos da minha vida acadêmica. Devo a esse núcleo não apenas as fontes de minha pesquisa, mas todas as tardes de conversas e risadas naquela sala que, tão pequena, tornou-se grandiosa para todos nós. Visto orgulhosamente nossa camisa vermelha com os dizeres “Até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador”, por acreditar que não existe símbolo melhor do meu compromisso político com a História.

*Com tanto mundo e tanta gente, ainda há quem não tenha terra e quem não tenha ninguém.*

Valter Hugo Mãe

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver respostas continuarei a escrever*

Clarice Lispector

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as vivências cotidianas das trabalhadoras canavieiras a partir do jornal *Grito no Nordeste*, entre os anos de 1967 e 1990. Orientada pela História das Mulheres e pela perspectiva analítica de gênero, a pesquisa busca investigar elementos como a relação entre a exploração de classe e a opressão de gênero, o trabalho doméstico e na palha da cana, a violência patriarcal, a luta política, maternidade, sexualidade, dentre outros aspectos. Para alcançar esses objetivos, ampara-se na análise de edições do jornal *Grito no Nordeste*, abrigadas no acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC/UFPE). O periódico utilizado faz parte dos esforços da Ação Católica Rural (ACR), movimento criado em 1965, com o propósito de promover uma evangelização libertadora no campo do Nordeste. A pesquisa busca também averiguar o potencial do jornal analisado enquanto fonte para pensar a participação das trabalhadoras rurais na História, bem como mapear e discutir as temáticas mais recorrentes em suas páginas com relação às mulheres canavieiras. A partir da análise dessas fontes, concluímos que as práticas cotidianas das trabalhadoras canavieiras funcionaram como condição *sine qua non* para a reprodução da força de trabalho e que o jornal se apresenta como uma rica ferramenta para pensar a condição feminina no meio rural, contribuindo para um ensino de História posicionado e anti-machista.

**Palavras-chave:** Mulheres; Trabalhadoras rurais; Gênero; Plantation; Classe Canavieira.

## ABSTRACT

This paper pretends to analyze the experiences of female workers in plantation society based on the newspaper *Grito no Nordeste*, between 1967 and 1990. Guided by Women's History and the analytical perspective of gender, the research seeks to investigate elements such as the relationship between class exploitation and gender oppression, domestic and plantation's work, patriarchal violence, political action, motherhood, sexuality, etc. In order to achieve these objectives, the study is based on an analysis of the newspaper *Grito no Nordeste*, located at Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco Dênis Bernardes (NUDOC/UFPE). The newspaper is part of the efforts of Ação Católica Rural (ACR), a movement created in 1965 with the aim of promoting evangelization based on political conscience. The research also seeks to investigate the potential of the newspaper as a source for thinking about the participation of rural women workers in history, as well as indicate and discuss the most recurrent themes in its pages in relation to women. Based on the analysis of these sources, we conclude that the daily practices of female workers in sugar plantation society were essential for the reproduction of the labor force and the newspaper is a rich tool for thinking about the condition of women in rural areas, contributing to a teaching of History positioned and anti-sexist.

**Keywords:** Women; Workers; Gender; Plantation; Sugarcane Class.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do jornal <i>Grito no Nordeste</i> , Boletim nº 101, 1988.....	51
Figura 2 - Capa do jornal <i>Grito no Nordeste</i> , Boletim nº 108, 1990.....	53

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACR	Ação Católica Rural
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FETAPE	Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco
NUDOC	Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais de Pernambuco
Dênis Bernardes	
SORPE	Serviço de Orientação Rural de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2. A <i>PLANTATION</i>.....</b>	<b>20</b>
2.1 O amargo do açúcar e a doçura do poder.....	20
2.2 “Todas elas passou por isso”: cotidiano feminino na Zona Canavieira.....	25
2.3 “O medo e a coragem andando lado a lado comigo”: a luta política feminina.....	29
<b>3. AÇÃO CATÓLICA RURAL.....</b>	<b>33</b>
3.1 O Grito no Nordeste: o amigo do trabalhador rural.....	38
<b>4. “PÁGINA FEMININA”: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL.....</b>	<b>40</b>
4.1 O Grito no ensino de História.....	58
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>6. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>61</b>
Fontes.....	61
Bibliografia.....	61

## 1. INTRODUÇÃO

As plantações de cana-de-açúcar sempre fizeram parte do meu horizonte, como pinturas ilustradas no quadro em movimento da janela do carro, ao longo das viagens pela Zona da Mata Sul de Pernambuco. Entretanto, foi só muito depois, ao longo da graduação, que a vista bonita dos canaviais ganhou contornos de violência em minha consciência. Violência essa que funciona como condição, meio e produto da organização e gestão do espaço açucareiro pela classe dominante (Ferreira Filho, 2020) e que impera ainda hoje nos domínios amargos da planta doce. Portanto, esta é uma pesquisa movida muito mais pelo incômodo das permanências do que pela celebração de avanços significativos.

Ao longo de meio milênio de existência, “nenhuma comoção profunda foi capaz de alterar duravelmente” as bases da *plantation* açucareira, fazendo da permanência seu traço predominante (Dabat, 2012, p. 15). A assustadora persistência do autoritarismo, das relações de exploração e das violações de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras canavieiros pode ser constatada a partir de diferentes fontes e ângulos. A série documental *Vida de Canavial*, por exemplo, produzida no ano de 2020, pelo Prof. Dr. Guilherme Araújo, da Universidade Estadual de Pernambuco, trata da condição de vida das populações canavieiras de diversos locais da Zona da Mata pernambucana, evidenciando a manutenção dessa estrutura desumanizante.

Um dos episódios da série, intitulado *A mulher*, expõe o cotidiano feminino no qual a exploração de classe soma-se à opressão de gênero. As mulheres entrevistadas desabafam sobre elementos imbricados às vivências femininas no universo canavieiro, a exemplo da dupla ou tripla jornada de trabalho que recai sobre seus ombros, a violência doméstica, a fome, a falta de escolaridade, o cuidado com os filhos, dentre outros aspectos. Para essas trabalhadoras, o destino parece ter sido traçado desde a maternidade, o que não anula as esperanças de um futuro melhor: “Minha avó cortou cana, minha mãe cortou cana, a mãe da minha avó cortou cana e eu estou cortando cana. Minha filha eu não quero que corte cana, vamos parar por aí” (Aparecida citada por Araújo, 2020).

Relatos como esses não são raros de encontrar, o jornal *Grito no Nordeste*, fonte primária da presente pesquisa, traz preciosas informações acerca da condição feminina no meio rural. Esse periódico faz parte dos esforços da Ação Católica Rural (ACR), movimento

criado em 1965, no contexto da ditadura empresarial-militar<sup>1</sup>, que, comprometido com ideais cristãos de justiça e libertação, visava organizar atores sociais no mundo rural frente ao governo autoritário e repressivo da época. Nas páginas desse jornal, que teve sua primeira edição em 1967, figuram questões cotidianas do universo da cana-de-açúcar, dentre elas a condição da mulher canavieira. Entretanto, as primeiras capas relacionadas a essa temática aparecem apenas no início da década de 1990, o que justifica o recorte temporal escolhido para a pesquisa e evidencia o lento processo pelo qual as trabalhadoras rurais passaram até serem vistas, de fato, como sujeitos históricos e partícipes da classe trabalhadora.

Na edição de número 38, por exemplo, publicada no ano de 1976, o *Grito* apresenta um comovente relato do dia a dia das trabalhadoras canavieiras, cujas tarefas se iniciam antes do nascer do sol e se findam apenas tarde da noite. O texto aborda, com riqueza de detalhes, a rotina exaustiva, o assédio patronal, as dificuldades do trabalho na cana, as tarefas domésticas, o casamento, o cuidado com os filhos. Vivências pessoais mas que parecem comuns a todas as mulheres inseridas no universo canavieiro, como em um ciclo vicioso. Entretanto, os relatos trazidos pelo *Grito* e pelo documentário supracitado, têm em comum mais do que a tristeza e a exploração. A maioria deles termina com suspiros esperançosos de mulheres que acreditam fielmente em um futuro melhor, para os filhos e para elas mesmas. Essa crença inabalável por vezes se alicerça na fé em Deus, mas frequentemente se respalda também no reconhecimento da própria coragem e força de mudar o destino: “‘Amanhã será melhor’. Num sorriso ela vai se deitar.”<sup>2</sup>

Diante dessa discussão, a presente monografia almeja salientar a importância das práticas cotidianas das trabalhadoras canavieiras – tais como a realização de atividades domésticas fundamentais para a manutenção das famílias, o trabalho nas lavouras canavieiras e a participação política em diferentes âmbitos –, sem as quais a reprodução da força de trabalho e a sobrevivência da classe trabalhadora seria impossível. Para tal, ampara-se na análise de edições do jornal *Grito no Nordeste* que fazem parte do acervo do Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais em Pernambuco (NuDoc) e encontram-se digitalizadas e disponíveis no site do núcleo. O fundo da Ação Católica Rural, ao qual o periódico pertence, constitui parte significativa do corpo documental do NuDoc e, apesar de

---

<sup>1</sup> A escolha do termo está alicerçada na perspectiva do cientista político René Armand Dreifuss (1986), que analisa a tomada do Estado não como obra solitária dos militares, mas arquitetada também por grupos da sociedade civil, sobretudo empresariais, ligados ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). Diante da interferência da elite orgânica, a ditadura estabelecida foi uma “ordem empresarial”, marcada pela convivência entre os interesses dos militares e da alta burguesia brasileira, configurando-se, portanto, como uma ditadura civil-militar ou, ainda, *empresarial-militar*.

<sup>2</sup>Jornal *Grito no Nordeste*. Ano X, abr.-jun 1976, p. 8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

sua riqueza e vastidão, é ainda pouco explorado pela historiografia, especialmente sob o enfoque de gênero.

Esse trabalho pretende, portanto, além de investigar o cotidiano feminino no universo canavieiro, averiguar o potencial do jornal *Grito no Nordeste* enquanto fonte para pensar a participação das trabalhadoras rurais na história, bem como mapear e analisar as temáticas mais recorrentes no periódico com relação às mulheres. Para alcançar esses objetivos e embasar suas análises, a monografia que o leitor tem em mãos compromete-se, então, com a História das Mulheres e com a perspectiva de gênero.

A emergência da História das Mulheres e a percepção destas como sujeitos históricos estão relacionadas às alterações teóricas e metodológicas ocorridas na própria História – sobretudo a partir da década de 1960, com a proeminência da História Social – e ao contexto político da segunda metade do século XX, marcado pelo movimento feminista. O despontar desse campo de estudo promove, desde o início, uma ameaça radical à História estabelecida e a derrocada da ideia de um sujeito histórico universal (Soihet, Pedro, 2007). A partir de suas análises, a história das mulheres questiona a prioridade relativa dada à “história dos homens”, expondo a hierarquia implícita nos relatos histórico e investigando através de que processos as ações dos homens foram eleitas como representativas da história humana em geral, enquanto as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou relegadas a uma arena particularizada e menos importante (Scott, 1992).

Essas percepções contribuíram para o florescimento dos movimentos de mulheres na década de 1970, responsáveis por firmar o antagonismo homem *versus* mulher e promover uma mobilização política ampla. Já no final da década, porém, tensões se instauraram – tanto no interior da disciplina quanto no movimento político – questionando a viabilidade da categoria “mulheres” e introduzindo a “diferença” como um problema a ser analisado. Assim, a fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia, geração e sexualidade associava-se a diferenças políticas no seio do movimento feminista (Soihet, 1997). Essas diferenças cada vez mais visíveis e pujantes, questionavam a possibilidade de uma política unificada e sugeriam que os interesses das mulheres não eram auto-evidentes, mas uma questão de disputa e discussão (Scott, 1992).

Diante disso, *gênero* tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Dentre as vantagens do uso do gênero, Soihet (1997) pontua que: 1. a palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”; 2. é uma maneira de indicar as “construções sociais” ligadas aos papéis atribuídos aos homens e às mulheres e 3. sublinha o aspecto relacional entre as

mulheres e os homens, ou seja, que a compreensão de um não pode prescindir da análise do outro. Quanto aos usos do gênero, a forma mais interessante de adoção do termo para esta pesquisa é seu emprego como categoria de análise, proposto por Joan Scott, que o define enquanto “elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” bem como “uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1990, p. 12). Nessa perspectiva, o gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Como exemplifica Scott, quando os historiadores procuram encontrar as maneiras como esse conceito legitima e constrói as relações sociais, estes começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos. Assim, o gênero é tanto produto das relações de poder quanto parte da construção dessas próprias relações (Pinsky, 2009)

Entretanto, é preciso atentar para o perigo de interpretar a relação entre a História das Mulheres e os estudos de gênero a partir da lente do evolucionismo. Scott foi uma das pioneiras a criticar essa suposta linearidade do campo que o enxerga como “uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise” (Scott, 1992, p. 65). Clare Hemmings (2009), em seu texto *Contando histórias feministas*, também critica essa narrativa insistente que vê o desenvolvimento do pensamento feminista como uma marcha incansável de progresso ou perda. Ou seja, o que vem sendo questionado, por essas e outras autoras, é a noção de que a história das relações de gênero seria algo mais novo e teoricamente mais desenvolvido que a história das mulheres, implicando um processo de sucessão evolutiva, de progresso. Sucessão que, por outro lado, também desqualifica a evolução ao relacionar a história das mulheres a um compromisso político feminista e a história de gênero à despolitização acadêmica (Mello, 2016). Em contraposição a essa perspectiva tradicional, Hemmings sugere uma abordagem que enfatize as relações ao invés das discontinuidades entre os diferentes referenciais teóricos, de modo a questionar a substituição de uma abordagem pela outra e sugerir um modo diferente de pensar o passado feminista – como uma série de contestações e relações, e não um processo linear de deslocamento.

Essa interpretação evolutiva fez também com que feministas de algumas tendências teórico-políticas, temerosas de serem taxadas de essencialistas, negassem qualquer referência ao termo “mulher”, o que culminou em um “feminismo sem mulheres” e um novo tipo de apagamento dos sujeitos femininos. Assim, a perspectiva que defendia a não existência de uma natureza feminina “essencial”, passou a ser frequentemente utilizada para coibir as

próprias mulheres de fazer quaisquer generalizações sobre, ou exigências políticas a favor de, um grupo chamado “mulheres” (Costa, 2002). Nesse marco de ambivalências, algumas autoras passam então a abandonar o gênero propondo uma nova utilização da categoria ‘mulher’ em um sentido, sobretudo, político. Linda Nicholson (2000), uma das suas expoentes, defende que a renovação dessa categoria apresenta uma dupla vantagem, visto que possibilita o reconhecimento de diferenças entre mulheres sem inviabilizar a prática política – que segundo ela não exige um sentido definido para o termo mulher (Soihet, Pedro, 2007). Joan Scott, por sua vez, concorda que é possível pensar e organizar a política a partir de categorias instáveis, como ‘mulher’, o que sempre tem sido feito; mas exatamente como fazê-lo é o que precisa ser discutido (Scott, 1992).

Sendo assim, o que tem se reivindicado é a retomada da categoria “mulher”, mas não na perspectiva anterior, universal e determinada pela biologia. Argumenta-se que, agora, o uso dessa categoria seria um “essencialismo estratégico” ou uma “categoria situada/localizada”, visando à mobilização política (Pedro, 2011). Nessa discussão, Cláudia Lima Costa (2002) propõe a utilização da “mulher como posicionalidade”; ou seja, pensar que esse é um termo relacional; e que as diferentes posições, intersectadas por outras categorias sociais e ocupadas pelas mulheres, podem ser usadas como um lugar a partir do qual estas se engajam com a construção dos significados. Donna Haraway (1995) apresenta uma perspectiva semelhante ao propor que a ciência não deve buscar o olhar de um deus onipresente, que tudo olha e nada vê, e sim um que parte de um corpo humano, localizado territorial, social e temporalmente. Assim, Haraway defende um conhecimento corporificado e, como tal, localizado e parcial. Para a autora, “a responsabilidade feminista requer um conhecimento afinado à ressonância, não a dicotomias” (Haraway, 1995, p.29). Sendo assim, define gênero como um campo de diferença estruturada e estruturante, afirmando que localizar o saber não significa aceitar todas as perspectivas, mas reconhecer que o conhecimento é parcial, ao invés de se buscar leis universais e explicações globais.

Considero importante situar o leitor nesse caldeirão de ideias e debates para esclarecer o posicionamento da presente pesquisa diante desse quadro. Apesar de uma suposta oposição entre a história de gênero e história das mulheres, considero, assim como Soihet (2013) que, na verdade, estas caminham para uma interpenetração que impede a abordagem isolada de cada uma delas. Dentro desta perspectiva, não pretendo abrir mão da noção de relações de gênero, mas sim reivindicar meu trabalho como uma História das Mulheres baseada na perspectiva de gênero, reconhecendo a importante contribuição desses campos de estudos.

Trata-se, portanto, de um esforço para não ofuscar ou hierarquizar perspectivas, mas colocá-las em diálogo de forma a enriquecer nossos debates.

No período de sua emergência, a História das Mulheres pautava-se, sobretudo, na tentativa de reparar a exclusão feminina, visto que procurar traços dessa presença em um domínio sempre reservado aos homens era tarefa difícil. Atualmente, porém, como defende Soihet e Pedro (2007), a história feminista deixa de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado e se torna um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber de gênero. Dito isso, o propósito desta monografia não é apenas tornar mais completa a história da classe trabalhadora da zona canavieira, mas desestabilizar as suas bases excludentes, trazer para o palco as mulheres que estavam nos bastidores e pensar que sem suas diferentes e múltiplas formas de trabalho seria impossível a sobrevivência e a reprodução da classe trabalhadora.

Acerca desse debate, é importante pontuar também que, ao longo da história, como aponta Heleieth Saffioti (2013), as mulheres das classes sociais menos privilegiadas jamais estiveram alheias ao trabalho. As trabalhadoras rurais, inseridas nos “amargos domínios” da produção canavieira, não foram exceções a essa regra. Suas trajetórias de vida desenvolveram-se dentro do contexto de superexploração da força de trabalho e das opressoras relações de gênero. As trabalhadoras exerciam tripla jornada, pois além de atuar, de maneira sub-remunerada, na produção canavieira, sobre seus ombros recaíam também o trabalho no roçado e no ambiente doméstico. Nessas condições, entende-se que os papéis políticos e sociais assumidos pelas canavieiras foram imprescindíveis para a manutenção, reprodução e conscientização da classe trabalhadora canavieira (Bezerra, 2012).

Dito isso, vale destacar por fim que a visão de classe que sustenta esse trabalho apoia-se nas concepções marxistas, em que os conflitos de classe são centrais na formação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesse sentido, a ideia de classe social é aqui entendida, com base nas formulações de Thompson (1987), não como uma categoria já dada, mas como um fenômeno histórico que se materializa nas vivências/experiências das relações humanas. Sendo assim, esta classe que “faz a si mesma” coloca-se não apenas em termos de relações de produção, incorporando também vivências, tradições, valores, ideias (Abreu e Lima, 2005).

Partindo destas premissas, o presente trabalho trilha o seguinte caminho: no primeiro capítulo, busca situar o leitor no universo canavieiro de forma geral, apresentando seus principais elementos e, em seguida, se propõe a tratar especificamente da condição da mulher na *plantation*, articulando a opressão de classe à de gênero; no segundo, traça um breve panorama da trajetória da ACR, lançando luz sobre sua relação com a Teologia da Libertação

e caracterizando sua forma de atuação no meio rural nordestino, bem como apresenta o jornal *Grito no Nordeste*; já no terceiro e último capítulo, a partir de uma breve discussão acerca da fonte jornalística e da análise do discurso, tem como objetivo analisar algumas edições do *Grito* que tratam de vivências femininas e discussões de gênero, destacando o potencial do jornal enquanto fonte histórica para a historiografia e para o ensino de História.

## 2. A *PLANTATION*

### 2.1 O amargo do açúcar e a doçura do poder

Como trata Christine Dabat (2007), após abolição da escravidão, os trabalhadores dos canaviais foram submetidos à condição de *morador de engenho*.<sup>3</sup> Apesar de novo, esse sistema continua tendo como principal característica o velho monopólio da terra nas mãos dos proprietários de engenho, sob a forma de "*plantation*"<sup>4</sup>: um vasto e sofisticado espaço de liberdade contingente, no qual o livre arbítrio de seus habitantes era limitado por uma geografia que congregava elementos ecológicos — geomorfológicos, climáticos, hidrográficos, biológicos —; estruturais — rede viária, sistema de transporte... — e também históricos/simbólicos/culturais — relações de classe, omissão do Estado, violência, coerção, medo, honra, esperança (Ferreira Filho, 2020).

Nesse cenário em que a “disciplina da escravidão foi substituída pela disciplina da fome” (Mintz, 1991 *apud* Dabat, 2007), nas regiões dominadas pelo açúcar não havia alternativa senão o amargo trabalho nas *plantations*. Para manter o funcionamento e o lucro desse sistema, os trabalhadores canavieiros foram historicamente submetidos a condições miseráveis de vida e trabalho. Como bem resumiu Dabat (2007, p. 20):

Suas vidas eram abreviadas pela inserção precoce no trabalho. Suas condições de existência eram proverbialmente rudimentares, miseráveis e precárias. O regime de trabalho contava entre os mais duros e brutais que se conhecia. Impune reinava nos canaviais a violência patronal, desde a época da conquista (até o presente). Portanto,

<sup>3</sup> No contexto pós-abolição, o *morador* se tornou o tipo de trabalhador mais comum, ao qual era dado um pequeno casebre na propriedade da usina ou do engenho, sobre o qual não possuía quaisquer direitos legais, podendo ser expulso a qualquer momento. Algumas vezes, usufruíam também de um pequeno lote de terra, onde podiam plantar culturas de subsistência. Apesar de muitas vezes ter sido evocada como um período positivo, a *morada* substituiu a senzala apenas no seu significado de moradia coletiva, pois as famílias que ocuparam moradas/casebres continuaram sujeitas às vontades promíscuas dos *senhores de engenho* e seus esbirros, como os capatazes e/ou seus capangas. Além disso, o aparecimento do barracão, que realizava as trocas entre mercadoria e salário, reforçou a relação entre dominador e dominado. Para saber mais: DABAT, Christine. *Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais*. 2a Ed. Recife: EdUFPE, 2012.

<sup>4</sup> O conceito de *plantation* aqui adotado pauta-se nas ideias de José Marcelo M. Ferreira Filho (2020), ou seja, não se restringe à dimensão puramente física e institucional, mas diz respeito ao espaço açucareiro como um todo, aos mecanismos e meios que regulavam sua espacialidade, sua operacionalidade em relação às suas formas, funções, estruturas e processos, e inclui também sua lógica produtiva; tipo de organização e modo de existir.

é num contexto de oposição aguda em termos de classe que se situa o assunto deste estudo: a história das relações de trabalho, que envolviam, na 'morada', trabalhadores rurais e plantadores de cana-de-açúcar, era simplesmente aquela da luta entre explorados e exploradores.

Dentre as faces mais características da exploração desumana que marca esse sistema, destacam-se o trabalho infantil, a fome crônica e a violência patronal. Pesquisas e depoimentos demonstram o quão precoce geralmente se dá a inserção da mão-de-obra infantil na cultura da cana-de-açúcar, em que o trabalho se inicia entre os 7 e 12 anos de idade (Dabat, 2007). Mais adiante trataremos mais profundamente acerca das duras consequências dessa exploração infantil para a reprodução de um ciclo familiar onde o trabalho na cana parece ser o único destino possível, sobretudo diante da análise de gênero, visto que os diferentes papéis atribuídos aos homens e as mulheres eram definidos desde a tenra infância.

A monocultura açucareira acarretava também a fome crônica ou a “monotonia alimentar” (Linhart, 1981). Diversos foram os pesquisadores de diferentes áreas que se dedicaram a investigar a saúde dos trabalhadores canavieiros, chegando a conclusões parecidas. Todos apontam para a gravidade das condições de saúde, revelada por indicadores como o nanismo; doenças causadas por deficiências alimentícias agudas; mortalidade infantil e expectativa de vida extremamente curta. A causa fundamental desse quadro é a má nutrição – ou desnutrição – causada pela falta de alimentação, sua má qualidade e a pouca variedade de alimentos (Dabat, 2007).

Já a violência, exercida contra os canavieiros pela classe patronal, ocorre ainda hoje, sobretudo em razão de questões de serviço e acesso à terra. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem feito um trabalho regular de denúncia e balanço dos dados da violência ligada a questões agrárias no país, através do dossiê *Conflitos no Campo Brasil*, registrou 2.203 conflitos durante o ano de 2023, sendo esse o maior número desde 1985. A questão da terra desponta como principal motivador desses embates, com o espantoso índice de 1.724 casos — dos quais 1.588 são referentes às violências contra a ocupação e a posse e/ou contra a pessoa — seguido pelo trabalho escravo rural (251) e conflitos pela água (225).<sup>5</sup>

A história da violência e do autoritarismo no campo é tão antiga quanto a própria *plantation* açucareira. Como aponta Dabat (2007, p. 731), “os senhores de escravos usavam armas para manter seu poder. A abolição não lhes tirou esse hábito”. Onipresente, a violência patronal revela-se constantemente nos depoimentos dos trabalhadores, seja ela efetiva ou potencial. Nesse sentido, a maioria dos casos de violência contra canavieiros relaciona-se a questões de organização do trabalho e de remuneração – evidenciando seu caráter

---

<sup>5</sup> Acesse em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/6746-conflitos-no-campo-brasil-2023>

eminentemente econômico –, entretanto, também são cotidianos os castigos e agressões físicas (Dabat, 2007).

Ao analisar esse quadro, Ferreira Filho (2021, p.148) advoga que, no campo, “o autoritarismo era o regime normativo das relações sociais mesmo antes do Golpe de 1964.” Segundo o autor, a violência era, ao mesmo tempo, condição, meio e produto da gestão do espaço açucareiro pela classe dominante. Esclarecendo:

Condição porque sem ela [i. e., a violência] o sofisticado sistema de exploração da *plantation* não poderia ter sido organizado/criado. Meio porque sem ela esse mesmo sistema não poderia ser gerido/mantido com garantias de retorno do capital investido. Produto porque sem a organização e a gestão do espaço, que garantia o isolamento e distanciamento social (em relação ao mundo externo) de centenas de milhares de trabalhadores cativos, ela não existiria como elemento estrutural. De fato, a lógica era simples: i) a organização espacial que conservava os engenhos como territórios fechados garantia ii) o isolamento dos moradores no interior das unidades produtivas que, por sua vez, iii) permitia as experiências autoritárias pela classe dominante. O medo gerado pela proliferação do clima de terror decorrente dos atos normativos de violência iv) garantia a concentração da força de trabalho que, em associação com todos os fatores anteriores, v) sustentava o agronegócio açucareiro (Ferreira Filho, 2021, p. 164).

Ainda entre as características essenciais desse sistema, diretamente associada à permanência da violência, vale salientar a ação do Estado por meio de sua “inoperância ativa” (Ferreira Filho, 2020). A abstenção do poder público na garantia de direitos aos trabalhadores rurais permitia que a classe patronal empregasse todos os métodos, sutis ou explícitos, de exploração (Ferreira Filho, 2021). Sendo assim, na zona canavieira, o Estado manteve-se sempre em defesa dos empresários, fazendo com que a força policial fosse transformada em milícia a serviço dos proprietários de engenhos, a “única face do Estado que os trabalhadores rurais conheceram por muitos séculos” (Dabat, 2007).

Deste modo, a “amnésia deliberada” do Estado teve papel fundamental na manutenção desse sistema (Ferreira Filho, 2020). Além da cobertura financeira, o Estado garantia à classe patronal a chamada “paz do chicote”, alicerce da *plantation* açucareira (Dabat, 2007). Sendo assim, no caso de Pernambuco, por exemplo, as forças repressivas do estado sempre foram utilizadas contra os trabalhadores canavieiros, à exceção do curto governo de Miguel Arraes. O “Tempo de Arraes” simbolizou uma brecha na realidade autoritária, não em relação à violência praticada pelos patrões, já que as milícias privadas continuaram atuando, mas em relação às forças públicas, uma vez que “a polícia estadual – que antes se colocava a serviço dos grandes proprietários –, no Governo Miguel Arraes, tinha instruções para não extrapolar suas atribuições [...] como previa a Constituição” (Coelho, 2004, p. 121 *apud* Ferreira Filho, 2021).

Eleito governador de Pernambuco em 1962 pelo Partido Social Trabalhista (PST) e apoiado por setores da esquerda, Miguel Arraes é ainda hoje visto como um divisor de águas na vida dos trabalhadores rurais. Ao assumir o governo, em janeiro de 1963, uma de suas primeiras medidas foi transferir as questões político-sociais da Secretaria de Segurança Pública para a Secretaria Assistente, o que significava que questões antes tratadas como casos de polícia e crimes contra a ordem (passeatas, greves, reuniões de trabalhadores etc.) agora seriam transferidas para o judiciário (Ferreira Filho, 2021). Diante disso, muitos historiadores defendem que, durante esse período, pela primeira vez na história do estado, a polícia deixou de promover apenas os interesses da classe patronal, às custas de perseguições sistemáticas aos camponeses, como tinha feito até então – e retornou a fazer depois do golpe de 64.

Para ilustrar a onipresença e a gravidade do autoritarismo no campo, em 1984, Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco (FETAPE) publicou o folheto *Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco*, documento que ainda hoje sintetiza de forma acertada os objetivos e mecanismos da violência patronal na *plantation* açucareira:

O açúcar produzido na zona canavieira de Pernambuco tem gosto de sangue. Sangue dos trabalhadores rurais espancados e assassinados pela truculência daqueles senhores de engenhos e usineiros que implantaram um verdadeiro clima de terror em suas propriedades, com o objetivo de saciar a sua ganância de super-lucros através da super-exploração dos trabalhadores rurais da palha da cana (FETAPE, 1984).

Como aponta Mintz (2010), a história da *plantation* é uma história de repetidas rebeliões, levantes e conspirações, onde a ameaça de violência súbita nunca cessou. Ainda assim, a resistência brotava em meio aos labirínticos canaviais. Como explica Socorro Abreu (2005), no mundo rural — onde a exclusão política e social dos trabalhadores era resultado de séculos de escravidão e de uma dominação econômica, política, cultural e espacial — a violência, o medo e o conformismo dificultavam a organização dos trabalhadores, mas quando a conjuntura político-social apresentava possibilidades, estes passavam a se organizar.

Durante a segunda metade do século XX, a historiografia passa a reconhecer um despertar dos movimentos sociais rurais, sobretudo da classe canavieira. Principalmente a partir de 1945, os camponeses passam a se organizar a partir das Ligas Camponesas e, depois, nos sindicatos rurais, reivindicando especialmente direitos trabalhistas. No final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o debate sobre o mundo rural e a reforma agrária ganhou projeção no país de maneira inédita, conquistando visibilidade e legitimidade. Os trabalhadores, a partir das organizações de classe, conquistaram direitos como o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e a sindicalização.

Receoso diante da agitação dessas classes consideradas perigosas que reivindicavam, dentre outras coisas, a reforma agrária “na lei ou na marra”, o Estado brasileiro decidiu assumir o controle da situação, a fim de acalmar os ânimos. Por isso, “após vinte anos de atraso e vazio jurídico em comparação aos trabalhadores urbanos”, foi promulgado em 1963 o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) (Ferreira Filho, 2020). Entretanto, apesar de ter sido importante, a redação vaga e genérica do ETR continuava possibilitando fraudes e manipulações da lei, dada a variedade de formas de trabalho no campo e a sua incapacidade — ou desinteresse — de abarcar todas elas.

Nesse cenário de contestação e reivindicação, a principal forma de luta adotada pelos trabalhadores rurais foi a greve. A fim de demarcar a centralidade do movimento grevista para a classe trabalhadora, vale rememorar a paralisação realizada em Pernambuco, em novembro de 1963, que estabeleceu o Acordo do Campo. Esta conquista proporcionou diversos ganhos econômicos e políticos aos trabalhadores, dentre eles o estabelecimento do nível salarial convencionado e da Tabela de Tarefas, que determinava as referências dos cálculos para o pagamento de cada tipo de tarefa na cultura da cana, um avanço de extrema importância, visto que até então a remuneração dos canavieiros era sempre fixada *a posteriori* (Ferreira Filho, 2020).

Esse quadro social e político, marcado pela ascensão do movimento de trabalhadores rurais e pelo decorrente medo das elites, foi terreno fértil para o golpe empresarial-militar de 1964, opção feita pelas classes dominantes para frear as mobilizações e as conquistas populares. Se até então a conjuntura era favorável à participação e organização dos trabalhadores rurais, a partir do golpe, as dificuldades econômicas e políticas enfrentadas por essa classe só aumentaram, uma vez que praticamente todas as suas conquistas caíram por terra (Abreu e Lima, 2005). Com a extinção das Ligas Camponesas e a intervenção nos sindicatos, o movimento de trabalhadores rurais foi desestabilizado, as classes patronais intensificaram a exploração e o que a democracia havia permitido em termos de direitos trabalhistas foi quase aniquilado (Dabat 2003). Ademais, a repressão no campo atingiu níveis ainda mais alarmantes, materializados no grande número de trabalhadores perseguidos, presos e assassinados.

Em paralelo à intensa repressão, o governo militar promoveu também a revisão das desapropriações realizadas durante a gestão anterior, do presidente João Goulart. Castelo Branco buscou atenuar as reivindicações dos movimentos sociais determinando a elaboração de um novo projeto de Reforma Agrária, alinhado à política ideológica do regime, baseado em princípios capitalistas e tecnicistas (Bezerra, 2012). Outra medida que visava acalmar os

ânimos dos trabalhadores rurais foi o Estatuto da Terra, promulgado ainda em 1964. Apesar dessas determinações, a ineficácia do Estatuto, somada à modernização agrícola e à exclusão social, apenas intensificou a concentração fundiária (Bezerra, 2012).

A título de conclusão, o que este tópico buscou mostrar ao leitor, de maneira superficial, é que, “em todas as épocas e lugares onde a *plantation* existiu, a violência funcionou como um de seus pilares de sustentação” (Ferreira Filho, 2020, p. 172). Nesse sistema, o açúcar era amargo e marcado pelo sangue. Essa perspectiva, entretanto, não implica um derrotismo nem ofusca o fato de que, ao longo desse período, os trabalhadores rurais forjaram-se enquanto classe diante de diversas situações:

Do ponto de vista coletivo, nas lutas e greves, enfrentando os proprietários e, em alguns momentos, o próprio Estado; na retomada dos seus sindicatos, quando, muitas vezes, foi necessário organizar-se enquanto oposição para tirá-los das mãos dos pelegos; nos cursos de formação, organizados também por ONGs com posturas críticas em relação ao trabalho da Federação; na resistência e solidariedade diante da violência do patronato; nos seus posicionamentos políticos, nas discussões sobre a reforma agrária, nos embates sobre a questão de gênero, nas disputas eleitorais, na construção da democracia interna, na participação do processo político mais geral (Abreu e Lima, 2005, p. 206).

## 2.2 “Todas elas passou por isso”: cotidiano feminino na Zona Canavieira

O trabalho doméstico não remunerado das mulheres é um dos pilares da produção capitalista, na medida em que possibilita a reprodução da classe operária. Ao investigar o processo de acumulação primitiva a partir das mudanças na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho, Silvia Federici (2017) defende a tese de que o barateamento do custo da produção exige o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, o sujeito primário dessa produção. Para a autora, na sociedade capitalista, o corpo representa para as mulheres o que a fábrica representa para os homens assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, visto que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelo patriarcado, sendo forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Diante disso, a presente pesquisa alinha-se às ideias de Federici advogando, assim como a autora, que tratar de “mulheres” significa não somente revelar uma história oculta, mas discutir uma forma específica de exploração e, portanto, uma perspectiva particular da história das relações capitalistas (Federici, 2017).

No universo açucareiro, essa abordagem ganha contornos singulares. Em seu trabalho intitulado *Plantation Patriarchy and Structural Violence: Women Workers in Sri Lanka*, Rachel Kurian e Kumari Jayawardena definem as *plantations* como instituições fundamentalmente patriarcais que perpetuam a violência estrutural contra as mulheres trabalhadoras. A partir do conceito de *Plantation Patriarchy*, as autoras definem um conjunto

de formas de controle que incorporam hierarquias sociais e preconceitos de gênero – decorrentes do colonialismo, raça, classe, etnia, religião e práticas culturais – na organização social das plantações, justificando e normalizando o estatuto subordinado das mulheres trabalhadoras (Kurian; Jayawardena, 2017). Diante disso, defendem que:

A discriminação contra as mulheres trabalhadoras não era apenas uma ação de determinados proprietários, funcionários do governo, maridos ou líderes sindicais, mas uma característica sistêmica da produção das plantações. Sugere que as plantações eram, na sua essência, instituições patriarcais que incorporavam a discriminação de gênero no regime de trabalho e na hierarquia social” (Kurian; Jayawardena, 2017, p. 3, tradução nossa).

Sendo assim, os “patriarcados múltiplos” legitimam uma divisão sexual do trabalho que atribui às mulheres tarefas intensivas nos campos e no lar, sob constante controle masculino. Para isso, combinam violência direta, estrutural e cultural formando uma espécie de triângulo vicioso: enquanto a violência direta intimida e reprime, a violência estrutural institucionaliza, e a violência cultural interioriza essa relação, especialmente para as mulheres, perpetuando essa estrutura (Kurian; Jayawardena, 2017). Assim, a natureza e a intensidade do trabalho, tanto em casa quanto nas plantações, colocavam-nas numa situação bem definida, naturalizada e difícil de contornar. Portanto, o propósito dessa discussão é evidenciar que as mulheres da *plantation*, além de fazer parte de uma comunidade já marginalizada com relação ao resto da sociedade, também encontram-se em desvantagem em relação aos seus companheiros homens.

Dedicando-se a investigar essa dupla opressão – de gênero e de classe – no universo açucareiro, Marcela Heráclio Bezerra (2012) demonstra que as trabalhadoras exerciam uma tripla jornada de trabalho. Desde a infância, as mulheres geralmente realizavam atividades em três diferentes espaços: no roçado para subsistência, no ambiente doméstico e nas lavouras canavieiras. Quando as circunstâncias econômicas não exigiam o emprego assalariado de toda família, o trabalho feminino nos canaviais tendia a ser evitado, principalmente devido aos possíveis assédios morais e sexuais cometidos por cabos e outros trabalhadores. Entretanto, com a constante desvalorização da força de trabalho, tornou-se cada vez mais necessário o emprego de outros membros da família, principalmente mulheres e crianças, que tinham sua produção definida como uma espécie de “ajuda” ao chefe da casa. A expulsão dos *moradores de engenhos* e a modernização agrícola agravaram as condições já miseráveis dos trabalhadores canavieiros, implicando uma necessidade de ampliação do emprego assalariado feminino. Portanto, o trabalho remunerado que antes era destinado apenas às mulheres

solteiras e viúvas, passou a ser uma realidade também para as demais e deixou de ser visto como uma mera “ajuda” (Bezerra, 2012).

A mão de obra feminina empregava-se, sobretudo, nas atividades de plantio e semeio da cana, mas não se restringia a essas etapas da produção. As mulheres realizavam os mais variados trabalhos, alguns exigindo menos esforços que outros, mas todos pesados. Segundo Aline Souto (2020), geralmente o “trabalho de mulher” era “semeá, adubá e tratá da cana”, atividades que, de acordo com a tabela de tarefas, possuíam a remuneração inferior ao corte e outros “trabalhos de homens”. Para a autora, entretanto, apesar dessa velada proibição de algumas tarefas para as mulheres ser encarada como uma proteção contra violências físicas e sexuais, é contraditório que inexista a proteção desse grupo às condições de trabalho degradantes, realizadas em local insalubre, sem equipamentos de proteção e mediante descaso (Souto 2020). Por outro lado, mesmo quando executavam as mesmas tarefas, as trabalhadoras canavieiras recebiam salários inferiores aos dos homens, tendo sido conquistada a equiparação de pagamento apenas após a greve de 1979, em Pernambuco.

Como foi demonstrado anteriormente, a vida dos canavieiros era marcada pelas diferentes faces da violência patronal. No caso das trabalhadoras canavieiras, por sua vez, além da violência exercida pelas classes patronais, da opressão nas relações de trabalho e da negação dos direitos trabalhistas, estas sofriam ainda o assédio sexual de administrados, fiscais e cabos (Bezerra, 2012). Apesar de considerado um assunto tabu, como aponta Dabat (2005), o assédio sexual às trabalhadoras era uma prática recorrente dentro dos engenhos. Independente de seu estado civil, as canavieiras encontravam-se à mercê da violência sexual, dos comentários indecorosos ou das propostas indecentes dos patrões, empregados e dos próprios trabalhadores. Entretanto, como destaca Bezerra (2012), analisar as múltiplas faces da violência patronal no cotidiano feminino é uma tarefa árdua pois significa refletir acerca de aspectos que, muitas vezes, passaram despercebidos pelas próprias mulheres. Isso porque a maioria delas não compreendia o assédio sexual enquanto uma forma de violência patronal e/ou restringia-o apenas ao estupro, não o reconhecendo também nos corriqueiros comportamentos indecorosos (Bezerra, 2012).

Além do trabalho na cana, atribuía-se às mulheres o exaustivo e desvalorizado trabalho doméstico, assim, mesmo após um longo dia nos canaviais, a mulher continua sem descanso, tendo que realizar as atividades “não produtivas” – porém indispensáveis – da casa (Rossini, 1988). A preparação das refeições das famílias canavieiras, por exemplo, era uma das principais tarefas femininas, sendo necessário realizá-la não apenas sem aparelhos domésticos que facilitassem, mas também com opções muito restritas de alimentos, o que fazia com que

as refeições consistissem, geralmente, na mistura de farinha com algum peixe salgado e, ocasionalmente, com feijão. As canavieiras buscavam, na medida do possível, realizar previamente estas atividades, ao fim do dia anterior, o que fazia com que dormissem muito tarde, mesmo tendo que levantar muito cedo no dia seguinte para recomeçar a rotina. Além disso, eram responsáveis também por trazer água das cacimbas e dos riachos para preparação da alimentação, abastecimento dos animais, limpeza da casa, higiene dos pratos e demais necessidades diárias (Bezerra, 2012).

A costura e os remendos nas roupas dos membros da família também eram tarefas das mulheres de maneira geral. Diante do uso frequente das mesmas vestimentas pela impossibilidade de obter novas, as mulheres canavieiras trabalhavam exaustivamente para manter a integridade e a limpeza das roupas. Os depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras evidenciam os feitos extraordinários, apesar de cotidianos, realizados pelas mulheres canavieiras na manutenção do vestuário mesmo em condições precárias, tornando-as “malabaristas da palha da cana” (Bezerra, 2012). Por fim, imbricado com as tarefas domésticas, havia o trabalho no sítio e/ou no roçado. A proximidade da casa fazia deste um lugar de atividade feminina por excelência, pois permitia que as mulheres cuidassem das crianças mais novas ao mesmo tempo em que contribuía para o sustento da família. Sendo assim, é importante salientar que o roçado – outra atividade não remunerada – evidencia também o papel do trabalho feminino para a manutenção da vida cotidiana de um grupo familiar (Dabat, 2003).

Dessa forma, recai sobre as mulheres tanto o trabalho doméstico quanto na palha da cana, bem como as atividades no roçado, constituindo uma tripla jornada de trabalho. Dentre os mecanismos utilizados para conseguir realizar o grande número de tarefas, havia a atribuição dos cuidados com a casa e com as crianças às filhas maiores, parentes e vizinhas. As meninas mais velhas, obrigadas a cuidar dos irmãos, cresciam sem o direito à infância, sendo desde cedo sobrecarregadas pelos papéis atribuídos às mulheres e reproduzindo o ciclo de vida feminino reconhecido pelas próprias trabalhadoras: “Todas as mulheres que eu conheço, todas elas passou por isso” (Bezerra, 2012, p. 118).

Diante das precárias condições socioeconômicas em que as famílias canavieiras viam-se forçadas a sobreviver, realizar determinadas atividades, que parecem comuns ao ambiente doméstico, eram verdadeiras “trampolinagens” das trabalhadoras, dada a carência de serviços e elementos básicos para a manutenção da vida, como fornecimento de água, acesso à saúde, alimentação, roupas, remédios e utensílios de limpeza (Bezerra, 2012). Diariamente, nesse cenário, a criatividade e a inteligência das mulheres funcionavam como ferramentas de

superação das carências materiais. Transformando os poucos recursos que tinham acesso, as mulheres construíam desde vassouras de mato a camas, colchões e redes para os membros da família. Diante disso, é possível notar que, como afirma Bezerra (2012), não fossem os tesouros da criatividade feminina, as famílias canavieiras ficariam ainda mais desamparadas.

Torna-se claro, portanto, que, seja através da realização de atividades domésticas fundamentais para a manutenção das famílias ou do trabalho nas lavouras canavieiras, as mulheres desempenham atividades sem as quais a reprodução da força de trabalho seria impossível (Bezerra, 2012). Entretanto, em ambos os casos, como aponta Socorro Abreu (2005), a desvalorização impera: se o que ela produz é consumido pela família, não é levado em consideração; se destinado ao mercado, é transacionado pelo marido. Nesse sentido, o trabalho feminino torna-se invisível, contribuindo para o não reconhecimento da mulher enquanto trabalhadora, para a sua desvalorização enquanto pessoa e para a não percepção de sua contribuição no patrimônio familiar. Sintoma desse processo é o fato de que, nos censos, por exemplo, geralmente as mulheres se declaravam apenas como donas de casa e não como trabalhadoras rurais, o que, dentre outras coisas, as privou do direito à aposentadoria, conquistado apenas em 1988 (Abreu e Lima, 2005).

### **2.3 “O medo e a coragem andando lado a lado comigo”: a luta política feminina**

Nos anos de 1980, o processo de redemocratização possibilitou a retomada das mobilizações trabalhistas, a partir das quais a classe trabalhadora canavieira reivindicava, sobretudo, reajustes salariais, a aprovação da Tabela de Tarefas, o direito ao sítio, dentre outros direitos que, apesar de previstos pela lei, continuavam sendo negligenciados pelos empregadores. Tais movimentos eram marcados pela forte presença sindical, pelo seguimento dos parâmetros legais e pelo apoio de outros segmentos da sociedade, como religiosos e leigos da Igreja Católica. Vale salientar, entretanto, que embora o ambiente fosse de redemocratização política, todas as campanhas salariais dos trabalhadores canavieiros foram alvo de repressão das classes patronais (Bezerra, 2012).

Concomitantemente, a conjuntura político-econômica brasileira, diante do fortalecimento dos movimentos feministas e de mulheres, oportunizou uma compreensão diferente do papel da mulher e da trabalhadora na sociedade, motivando discussões acerca da dupla opressão feminina: do capital, por ser trabalhadora, e do patriarcado, por ser mulher. Em Pernambuco, como sintoma desse avanço, foram criadas associações de bairro, centro de mulheres, movimentos de mulheres trabalhadoras rurais e demais instituições sociais com o

objetivo de conscientizar e organizar as mulheres enquanto partícipes da classe trabalhadora, dignas de representatividade sindical (Bezerra, 2012).

Nesse contexto, desde a década de 1970, os movimentos feministas discutiam sobre os diferentes tipos de violência sofrida pelas mulheres trabalhadoras, sendo suas principais faces a violência sexual, física, e a opressão de gênero, tanto no cotidiano quanto nas relações trabalhistas. Contudo, as feministas, de maneira geral, tiveram que enfrentar a resistência de alguns setores do movimento sindicalista contrários às discussões sobre a discriminação particular sofrida pelas mulheres e à luta pelos direitos específicos das trabalhadoras, argumentando que tais temas poderiam desunir e enfraquecer a classe canavieira (Bezerra, 2012). Os movimentos feministas, entretanto, continuaram na luta para demonstrar que as pessoas não estão submetidas apenas às relações de classe, mas também a outros tipos de opressão, destacando, por exemplo, o reforço mútuo entre o capitalismo e o patriarcado.

Diante disso, o processo de conscientização política das canavieiras enquanto partícipes legítimas da classe trabalhadora ocorreu amparado nas discussões sobre a opressão de gênero vivenciada no cotidiano familiar, nas relações de trabalho e até mesmo no interior dos órgãos de classe. Aos poucos, as mulheres canavieiras passaram a reconhecer uma tripla opressão: enquanto trabalhadoras assalariadas, eram exploradas pelas classes patronais; na condição de mulheres, eram oprimidas pelas relações patriarcalistas de gênero; enquanto trabalhadoras canavieiras, não eram reconhecidas pelas entidades políticas (Bezerra, 2012).

Até o início da década de 1980, o sindicalismo rural não promovia o acolhimento ou a valorização das trabalhadoras rurais, atuando em favor da classe sem se atentar às especificidades do trabalho feminino, nem se posicionar em relação às discriminações de gênero (Abreu e Lima, 2005). Nesse período, os sindicatos e os demais órgãos de classe eram considerados espaços “naturalmente” masculinos, contribuindo para o baixo número de mulheres sindicalizadas, apesar da grande quantidade de trabalhadoras rurais. Somado a isso, prevalecia a ideia de que mulheres cujo marido ou pai era sindicalizado, não precisavam fazê-lo, já que eram definidas como dependentes destes. Nessa época, portanto, as trabalhadoras canavieiras filiadas aos sindicatos eram, geralmente, viúvas, separadas ou solteiras, que trabalhavam em regime permanente nas usinas (Bezerra, 2012).

O aumento da participação feminina nas frentes de luta implicou uma redefinição das hierarquias de gênero. Nesse sentido, a invisibilização do trabalho da mulher ou a classificação deste como “ajuda” ao marido, tornou-se um obstáculo para a sindicalização feminina e para sua identificação como membro da classe trabalhadora. Portanto, inicialmente, buscou-se reforçar a identidade de trabalhadora rural, uma categoria ampla que

abarca as diferentes formas de participação feminina na força de trabalho. Assim, o que antes era visto pelos sindicatos como relatos pessoais de uma parcela das mulheres, torna-se uma reivindicação legítima e de classe (Bordalo, 2013).

Diante dessa efervescência social e política, o sindicalismo rural de Pernambuco, através da FETAPE e dos sindicatos, viu-se obrigado a reconhecer, valorizar e defender as demandas consideradas específicas das mulheres trabalhadoras. Em 1981, a preocupação com a participação feminina no movimento sindical rural passa a ser discutida pela Federação, tendo em vista o 1º Congresso da Mulher Pernambucana e os movimentos de mulheres surgidos em alguns sindicatos (Abreu e Lima, 2005). Cada vez mais, a presença das trabalhadoras assalariadas na produção canavieira tornou-se um aspecto incontornável, bem como sua participação nas greves e nas atividades sindicais. Porém, foi apenas a partir da campanha salarial de 1983 que os direitos trabalhistas relativos às mulheres gestantes passaram a integrar a pauta de reivindicações da classe canavieira de Pernambuco. Com isso, pela primeira vez, o sindicalismo rural no estado lutava por direitos considerados exclusivos às mulheres, apesar de serem fundamentais a todas as famílias canavieiras (Bezerra, 2012).

A partir de 1984, diante das pressões exercidas, os sindicatos e a FETAPE passaram a promover a associação sindical das mulheres canavieiras. Nesse contexto, uma importante pauta era o número reduzido e/ou a ausência de mulheres nas atividades sindicais, nos encontros de trabalhadores rurais e nas assembleias, o que passou a ser questionado principalmente pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central (MMTR-Sertão Central), criado em 1982, pelas assessoras sindicais Vanete Almeida e Hauridete Lima dos Santos (Bezerra, 2012), nomes de grande notoriedade quando discutimos as lutas de mulheres no campo.

Os primeiros grupos de trabalhadoras rurais floresceram somente a partir de 1985 em diversos municípios de Pernambuco. Nesse mesmo ano, o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em Brasília, elaborou a “Proposta para aumentar a participação de nós, mulheres trabalhadoras rurais no nosso movimento sindical”. Essa tese foi resultado das discussões levantadas e propunha incentivar encontros específicos de mulheres trabalhadoras rurais, promover treinamento de lideranças femininas, levantar e encaminhar as reivindicações específicas das mulheres, incentivá-las a serem delegadas de base e assumirem cargos de direção. O Congresso aprovou também algumas teses relativas especificamente às mulheres trabalhadoras rurais, sobre questões trabalhistas, questões agrárias e sindicalismo: que a mulher rural integrada ao regime de economia familiar fosse reconhecida como

trabalhadora rural, eliminando-se a discriminação de considerá-la como doméstica ou dependente; e que os sindicatos deviam encaminhar e coordenar programação específica dirigida às mulheres, entre outras. Além disso, pautou a denúncia do projeto governamental de planejamento familiar, entendido como controle de natalidade, bem como a garantia da participação da mulher trabalhadora rural na Assembleia Nacional Constituinte (Abreu e Lima, 2005).

Na esteira do incentivo aos movimentos de trabalhadoras rurais, realizou-se em Pernambuco, no ano de 1986, o 1º Encontro Regional das Canavieiras, que reuniu 45 mulheres representantes de 21 sindicatos, e, em 1987, o 1º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Nesses encontros, tornou-se perceptível que, apesar das diferenças nas relações de trabalho em cada região do estado, havia aspectos comuns a todas elas, como a falta de terra para os agricultores, os baixos salários, a exploração capitalista, a necessidade da sindicalização feminina, a violência contra as mulheres etc. O 1º Encontro Estadual marcou, portanto, o momento em que a FETAPE reconheceu a existência e a força dos movimentos de trabalhadoras rurais (Bezerra, 2012). Vale destacar, ainda, outras conquistas essenciais, como a determinação de igualdade salarial e o direito à aposentadoria. Apesar de prevista pela Constituição de 1988, a garantia da aposentadoria não foi simples, dada a dificuldade de comprovar a participação das trabalhadoras na produção agrícola, o que desencadeou uma ampla campanha para as mulheres tirarem seus documentos e se informarem acerca dos seus direitos (Abreu e Lima, 2005).

Para além das dificuldades já discutidas diante da inserção nos órgãos de classe e na luta política, as mulheres sofriam ainda com os problemas chamados de pessoais – mas que na verdade também são estruturais e de gênero – como a pouca disponibilidade de tempo, dupla ou tripla jornada de trabalho, distância entre as localidades e pressão familiar, particularmente a resistência dos maridos. Como aponta Socorro Abreu (2005), a máxima “lugar de mulher é dentro de casa” ou “isso é pretexto para arrumar homem”, por exemplo, fazem parte do senso comum e da socialização de homens e mulheres trabalhadoras, operando como entraves à ocupação feminina desses espaços políticos. Ademais, havia o medo das próprias mulheres diante de novos desafios, bem como a timidez e falta de confiança em ocupar esses espaços que por muito tempo lhes foram negados (Abreu e Lima, 2005).

Desabafando sobre esses e outros desafios de ser uma mulher em um espaço majoritariamente masculino, Vanete, um dos grandes nomes na luta das trabalhadoras rurais, conta: “Eles só me escutavam, porque eu sabia alguma coisa. Só me respeitavam, porque eu fazia por onde... Às vezes, para se chegar a um lugar onde haveria uma reunião, era preciso ir

à cavalo. Uma vez deram-me um cavalo enorme e eu não sabia dominar direito o bicho. Fui assim mesmo. O medo e a coragem andando lado a lado comigo” (Citado por Abreu e Lima, 2005, p. 163). A maior participação de mulheres nos sindicatos rurais, como mostra Vanete, não promove, por si só, mudanças radicais. Ao assumir algum cargo, as mulheres tinham que lidar com uma carga de expectativas e cobranças irrealistas, como a mesma disponibilidade de tempo que os homens, independente de suas maiores responsabilidades familiares (Abreu e Lima, 2005).

Lentamente, porém, apesar de todos os entraves, as mulheres passaram a ocupar mais espaços e tornaram-se cada vez mais capazes de discutir assuntos de seu interesse, bem como de reivindicar seus direitos. A partir da convivência com outras companheiras, aprenderam a dar mais valor a si mesmas e aos seus trabalhos, a ter mais autoestima, mais coragem para falar e denunciar os seus problemas, assumindo seu papel no espaço público, tão duramente conquistado (Abreu e Lima, 2005). Finalmente, comprovaram – e continuam comprovando – que, como afirma a célebre frase dos movimentos feministas, “as mulheres são como as águas, crescem quando se juntam.”

### **3. AÇÃO CATÓLICA RURAL**

Como pontua Christine Dabat (2005), o papel tradicional da Igreja Católica na zona canavieira foi resumido acertadamente por diversos estudiosos, dentre eles Francisco Julião, ao afirmar que "(...) O padre era muito ligado ao latifúndio, ao coronel, ia comer buchada na casa dele aos domingos, rezava a missa lá, casava a filha dele. O camponês ia para a igreja e era tratado com muito desprezo" (Santiago, 2001 *apud* Dabat, 2005). De fato, como reafirma Antonio Montenegro (2019), a Igreja no Brasil funcionou majoritariamente a serviço das elites dominantes e dos governos constituídos, sendo caracterizada por um apoliticismo que, na verdade, encobria uma política a favor da manutenção de um *status quo* estruturado sob desigualdades e violência (Montenegro, 2019). Por outro lado, se é inegável seu caráter conservador e elitista, evidenciado no apoio inicial ao golpe de 1964, o que surge da base desta Igreja, a partir de perspectivas mais progressistas, torna-se também incontornável (Souza, 2023).

É nesse sentido que se torna imprescindível debruçar-se sobre o movimento intitulado Ação Católica Rural, criado em 1965, a partir da Arquidiocese de Olinda e Recife (AOR), a fim de atuar no meio rural fazendo os homens e mulheres do campo sujeitos de sua própria história (Silva, 2012). As ideias que originaram a ACR remontam às sessões do Concílio Vaticano II (1962-1965), a partir do encontro entre Dom Hélder Câmara, então arcebispo, e

José Servat, padre francês cuja experiência com os camponeses fez com que fosse designado para liderar a construção do movimento no Brasil. Como demonstra Pedro da Silva (2012), nesse período, a Igreja latino-americana passava por transformações significativas diante de demandas que, vale salientar, não surgiram a partir da cúria, mas sim da base, fazendo com que as dificuldades cotidianas enfrentadas por leigos e por clérigos mais próximos destes servissem de inspiração para as reuniões ecumênicas. As orientações do Vaticano II, portanto, marcam o florescimento de uma igreja progressista na América Latina, cujo fruto mais simbólico foi a Teologia da Libertação e sua opção pelos pobres, responsável por balançar os alicerces da sociedade latino-americana (Silva, 2012).

Discutir as origens da Teologia da Libertação implica uma análise mais ampla do processo histórico, indo além dos aspectos religiosos. Segundo Silva (2012), o Concílio do Vaticano II marca o nascimento de uma nova Igreja, temerosa diante de um mundo moderno cada vez mais complexo e afastado de si. Nesse cenário, sua estratégia foi voltar-se para as dificuldades cotidianas enfrentadas por muitos de seus fieis, a fim de evitar a perda de influência sobre uma grande parcela da população. Assim nasce, na ótica de Michael Löwy (2000), a Teologia da Libertação – ou Cristianismo da libertação, por ser esse um conceito mais amplo que abarca tanto a cultura religiosa e a rede social, quanto a fé e a prática — como expressão de um vasto movimento social que surgiu no início da década de 1960, mas teve seu aporte teórico definido apenas na década seguinte (Silva, 2012).

Para compreender a dimensão e o impacto dessa corrente teológica, é preciso esclarecer que o conceito de libertação, na América Latina, traz a reboque o de dependência, simbolizando um momento de reconhecimento e recusa das estruturas colonialistas. Como discute Silva (2012), falar em libertação remonta a um processo de lutas árduas contra as redes de dependências econômica, política, social e cultural que envolvem os povos latino-americanos. Diante da constatação de que a pobreza dos países subdesenvolvidos é fruto da exploração promovida pelos países desenvolvidos, explode um cenário de contestação, no qual os povos oprimidos buscam resistir às diferentes faces da dependência, a partir de uma práxis libertadora. Sendo assim, “a dialética existente entre o binômio dependência e libertação é o alicerce que estrutura a teologia periférica” (Silva, 2012, p. 40).

É nessa conjuntura, como aponta Enrique Dussel (1992), que a Igreja deixa de estar à margem da sociedade latinoamericana, abandonando sua posição narcisista, e se transforma em uma de suas protagonistas, passando a defender os direitos do outro, do pobre silenciado pela exploração. A Teologia da Libertação, tornou-se, portanto, “uma ponte ágil e concreta que encurtava o caminho entre a instituição eclesiástica e seus fiéis ávidos por mudança”

(Silva, 2012, p. 42). Sua opção pelos pobres, evidenciada a partir de 1968, com a conferência de Medellín – e reafirmada em 1979, na de Puebla –, é a principal característica dessa nova práxis que visava a libertação do homem e da mulher. Como afirma Silva (2012), enquanto o Vaticano II buscou adaptar a Igreja Católica ao mundo moderno, a conferência de Medellín visou incorporar as particularidades da realidade latino-americana, marcada pelo colonialismo, miséria e exploração, aspectos que a instituição não podia mais ignorar, portanto:

O agir em favor dos pobres tornou-se elemento essencial na prática pastoral dessa instituição. (...) A fome e a miséria eram obstáculos diários para imensas parcelas da população. As palavras de conforto e conciliação não mais serviam para acalmar algumas pessoas. A instituição eclesial pautou-se agora na ação e, por sua vez, esta será libertadora (Silva, 2012, p. 58).

Diante disso, essa nova teologia configura-se como profética – ao denunciar as opressões –, pastoral – porque se interessa por transformações práticas – e militante, pois as transformações devem ser feitas a partir dos pobres e abertas a todos os demais (Boff, 1996, *apud* Silva, 2012). Nesse sentido, o sistema capitalista tornou-se um alvo constante no discurso da Teologia da Libertação, pois era visto como responsável pela pobreza – uma vez que promovia a concentração de riquezas — e pela profanação da fé religiosa em detrimento a adoração constante ao capital, culminando na perda de valores cristãos e do sentido de comunidade coletiva (Silva, 2012).

Tendo isso em vista, é inegável o papel essencial desempenhado pela Teologia da Libertação na América Latina durante quase três décadas, mesmo não sendo apoiada por alguns setores da Igreja e da sociedade. No Brasil, essas ideias ganharam espaço especialmente na Arquidiocese de Olinda e Recife, onde o arcebispo Dom Hélder Câmara atuava enquanto um de seus principais símbolos. Esse contexto de renovação eclesial, somado à tradição de lutas de trabalhadores no campo de Pernambuco, propiciou o cenário ideal para o surgimento da Ação Católica Rural, movimento que carrega consigo vários elementos do cristianismo da libertação, apesar de ter sido criado antes da publicação dos seus primeiros textos (Silva, 2012).

A entrada da Igreja Católica enquanto uma aliada dos trabalhadores nos conflitos do campo, entretanto, não teve início com a ACR. Em Pernambuco, desde 1961, a instituição dedicou-se a criar sindicatos e promover a sindicalização dos trabalhadores rurais a partir do Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), motivada sobretudo pela preocupação com o avanço do PCB e das Ligas Camponesas, que atuavam como principais influenciadores das organizações de classe nesse momento. Contudo, após o golpe de 64, o cenário no meio

rural pernambucano era de medo e perseguição, marcado pelo desmantelamento das Ligas Camponesas e dos sindicatos ligados aos comunistas, além das intervenções nos do SORPE. Assim, é nesse quadro de arrefecimento vivenciado pelo campo que se dá o surgimento da ACR, a fim de contrapor essa situação (Silva, 2012).

A ACR pode ser caracterizada como um movimento de evangelização libertadora cujo principal objetivo era conscientizar os trabalhadores rurais a partir da mensagem bíblica e da análise da realidade no campo, apontando formas de transformá-la (Abreu e Lima, 2018). De acordo com sua proposta, o conceito de conscientização diz respeito ao reconhecimento dos problemas cotidianos enfrentados pelos camponeses e a percepção de que esses não são individuais, mas sim coletivos (Silva, 2012). A partir das análises de Thompson (1987), esse processo pode ser analisado à luz da ideia de construção de uma consciência de classe. Para o historiador britânico, a classe social é uma formação política, econômica e cultural, que se manifesta historicamente nas relações humanas a partir de experiências comuns (Silva, 2012). Diante disso, aponta:

Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir, a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (Thompson, 1966 *apud* Souza, 2023).

Dessa forma, a ACR nasce concretamente da ambição de Dom Hélder em formar, com base nos princípios cristãos, leigos conscientes acerca da realidade política, econômica e social do meio rural nordestino. A atuação do arcebispo na AOR foi definida por Severino Vicente (2014) como um breve período de progressismo nessa arquidiocese historicamente marcada pelo tradicionalismo. Com a chegada do padre José Servat ao Brasil, o trabalho da ACR ganhou vida. Estabelecendo como público alvo os trabalhadores canavieiros, o movimento iniciou suas ações nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Vitória de Santo Antão e Cabo de Santo Agostinho, reconhecidos pelo seu passado de lutas no campo. A partir de então, Servat passa a articular uma rede de pessoas dispostas a refletir e lutar, a partir do evangelho cristão, contra a lógica capitalista e seus impactos no cotidiano dos pobres do campo (Silva, 2012). Um dos principais diferenciais da ACR, vale destacar, é que enquanto a maioria das experiências anteriores de atuação da Igreja no campo ficou restrita ao sindicalismo, esse movimento se expandiu de forma inédita, atuando em diversos âmbitos das lutas travadas pelos camponeses em seu cotidiano (Silva, 2012).

Para compreender a dimensão do movimento e seu impacto na vida dos trabalhadores tocados por ele, é preciso pensar o sentido do conceito de libertação da ACR. Segundo Silva (2012), essa ideia se dá a partir da superação de três elementos: 1. a inconsciência individual, superada na medida em que o homem se identifica como sujeito de sua própria história; 2. os medos cotidianos que acabam por ditar as regras de suas vidas, superados a partir da união e organização como classe; 3. o egoísmo, a desconfiança e a desunião entre os trabalhadores. Sendo assim, a ideia de libertação defendida pela ACR parte do reconhecimento e da superação das diferentes opressões vivenciadas pelos homens e mulheres do campo, a partir de uma prática coletiva e dos ideais religiosos. Como sintetiza o próprio Pe. Servat:

Antes falava-se em desenvolvimento, mas começamos a utilizar a palavra libertação (...) É necessário transformar as mentalidades e as estruturas socioeconômicas e, assim, libertar de tudo o que impede a igualdade e a afirmação dos povos empobrecidos (Montenegro, 2019, p. 258).

A partir dos relatos de seus integrantes, é possível perceber que a ACR funcionou enquanto um divisor de águas em suas trajetórias, pois, ao incorporar as vivências cotidianas dos leigos nas discussões teológicas, transformou o olhar a partir do qual estes enxergavam não apenas o evangelho, mas a realidade em que viviam. Nessa nova forma de ser Igreja, o leigo tornou-se figura central (Silva, 2012) e o evangelho passou a ser aproximado da sua vida tanto quanto o contrário. Nas reflexões do Pe. Servat acerca da linha pedagógica da ACR, é importante destacar que:

Em cada reunião, procurava-se compreender e analisar a realidade, ouvindo as explicações apresentadas pelo povo e procurando saber como ele se situava. Sempre insistimos em ouvir o povo e lutamos contra nossa pressa, contra a nossa tendência de ensinar e não ouvir e de dizer ao povo o que pensamos. Sempre, nós somos os “sabidos” e, dessa maneira, convencemos o camponês dizendo “que ele não sabe nada”. O essencial é deixar o povo expressar-se no seu verdadeiro pensamento (Montenegro, 2019, p. 251).

Nessa perspectiva, como aponta Silva (2012), o trabalho de base era uma das principais características da ACR, funcionando como o meio e o fim que norteava sua atuação. Assim, destaca o papel imprescindível dos membros das equipes regionais para a expansão do movimento, uma vez que estes frequentemente se deslocavam por longas e exaustivas distâncias para promover reuniões e encontros. Nesses momentos coletivos, o método utilizado para refletir acerca da realidade cotidiana foi o “Ver, Julgar e Agir”, metodologia disseminada pelo movimento como ferramenta para aproximar a realidade concreta dos trabalhadores ao evangelho cristão. Essa metodologia, entretanto, não foi criada pela ACR, mas sim pelo Pe. Joseph Cardijn em suas experiências realizadas com operários

na Bélgica e, por sua fácil assimilação, popularizou-se rapidamente, tornando-se característica do cristianismo da libertação. Ao adentrar o continente latinoamericano, a Teologia da Libertação acrescentou a esse método o uso do materialismo histórico como instrumento de reflexão (Silva, 2012). O método “Ver, Julgar e Agir”, de forma breve, consiste em:

ver um fato em seu conjunto, de forma ampla, verificando se é um fato isolado ou se existem outros idênticos; a quem este fato atinge; quais as causas materiais e morais do mesmo, bem como suas consequências. Num segundo momento, analisa-se o fato à luz do evangelho e, por fim, propõe-se uma reflexão sobre o que fazer diante dessa situação, procurando-se perceber o que isto significa em relação à própria vida (Abreu e Lima, 2018, p. 94).

Por fim, é importante relembrar que a Igreja Católica não é uma instituição monolítica e/ou homogênea, portanto a criação e a expansão da ACR não se deu livre de conflitos e tensões. Existia uma oposição dentro da própria instituição religiosa ao trabalho desenvolvido pelo movimento, impondo alguns entraves ao seu cotidiano, como a resistência de alguns bispos e padres que se recusavam a oferecer espaços para reuniões, dificultavam a participação popular e queixavam-se das atividades. Entretanto, por ser um movimento tocado majoritariamente por leigos e não uma pastoral, a ACR conseguiu espalhar-se até mesmo em regiões onde não havia o apoio dos líderes da Igreja (Silva, 2012).

### **3.1 O Grito no Nordeste: o amigo do trabalhador rural**

Assim como diversas outras organizações desse período, a ACR sentiu a necessidade de publicar seu próprio jornal, que passou a funcionar como principal veículo de comunicação do movimento. O *Grito no Nordeste*, como foi intitulado, teve início em 1967 e perdurou até pelo menos 2008, totalizando 186 edições, geralmente trimestrais. Nas palavras do próprio boletim, este veio para quebrar o silêncio quase absoluto que reinava sobretudo no campo nordestino, tendo em vista a repressão ditatorial. Desde o início, portanto, o *Grito* se apresenta como um amigo do trabalhador e esclarece que sua principal pretensão é ser “o laço que une todos os esforços espalhados no mundo rural nordestino.”<sup>6</sup> De fato, este conseguiu conquistar os corações e as mentes dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, atingindo cerca de 10 mil assinaturas em meados da década de 1970 (Silva, 2012) e sendo utilizado por algumas dioceses nas pregações e formações de seus grupos (Montenegro, 2019).

As edições do *Grito* eram capazes de aproximar as dificuldades enfrentadas no campo às palavras bíblicas, a partir de uma linguagem simples e acessível, – indispensável diante das condições incipientes de leitura de muitos camponeses –, e do uso de imagens sugestivas e

---

<sup>6</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano I, jan.-mar 1967, p. 4. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

muitas vezes impactantes.<sup>7</sup> Em suas páginas, trata de assuntos variados, promovendo desde reflexões acerca de temas teológicos a denúncias decorrentes das lutas travadas no campo. Através desse boletim, portanto, a realidade dos homens e mulheres do campo era encarada à luz da fé cristã, a partir de exemplos bíblicos que se assemelhavam aos seus problemas cotidianos (Silva, 2012). Como pontua Socorro Abreu (2018), desde seu início, o movimento e o seu boletim se debruçaram sobre as dificuldades do camponês, como a falta de terra – vista como o princípio de todos os males –, a miséria e as injustiças. O *Grito*, portanto, discutia sobre a importância da organização de classe, valorizando a união dos pequenos a partir de cooperativas ou sindicatos e voltava-se, particularmente, para a necessidade da Reforma Agrária. Não à toa, as reflexões sobre a terra enquanto direito natural, bem comum, criação e propriedade de Deus, são umas das mais recorrentes no periódico.

Através do *Grito*, portanto, os trabalhadores rurais puderam ter acesso a diversas reflexões e notícias de seu interesse. Como explica Gabriela Souza (2023), a expectativa do jornal era de que, ao observar a semelhança nas dificuldades enfrentadas por outros companheiros, o leitor conseguisse perceber que sua situação não era única e que não estava sozinho. Os acontecimentos e relatos publicados, portanto, tinham como objetivo ampliar a visão dos trabalhadores para além de sua realidade local, proporcionando uma compreensão estrutural de questões cotidianas, como a falta de terra, a violência e a exploração. Sendo assim, o jornal buscava provocar o leitor e despertar a consciência de classe a partir, principalmente, do sentimento de identificação e indignação que as matérias eram capazes de aflorar (Souza, 2023). Uma ferramenta essencial para esse processo foi a criação de uma divisão específica do jornal para os trabalhadores que quisessem compartilhar suas experiências e denúncias, intitulada geralmente de “Os amigos escrevem”. Na edição comemorativa de 20 anos do *Grito*, alguns dos leitores relatam que essa seção era a que mais gostavam de ler, pois, nas palavras de uma das entrevistadas: “Pra mim quando eu pego naquelas cartas dos amigos, me dá uma coragem danada, pois eu sei que não é só eu que tô lutando.”<sup>8</sup>

Além disso, o jornal oferece informações preciosas acerca dos trabalhos realizados pela ACR em muitas localidades, trazendo notícias relativas a viagens, encontros, formações e atividades das equipes e seus dirigentes. Vale destacar também a preocupação do boletim em informar sobre as novidades na legislação, esclarecendo de maneira simples os programas

---

<sup>7</sup> Exemplo disso é a capa da edição de número XVIII, publicada em 1971, que ilustra a crucificação do trabalhador da cana-de-açúcar, demonstrando que, assim como Jesus Cristo foi crucificado pelos romanos, o trabalhador canavieiro também o é pelo sistema de exploração da *plantation*.

<sup>8</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jan.-mar 1987, p. 3. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

criados pela ditadura empresarial-militar relativos ao meio rural, refletindo acerca de seus impactos na vida do trabalhador e muitas vezes criticando algumas dessas medidas (Souza, 2023). O jornal trazia também questões internacionais, como a Guerra do Vietnã e a crise do petróleo, bem como textos mais teóricos sobre a história do trabalho, por exemplo, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla e estrutural da realidade. Essa era uma das maneiras de revestir os militantes da ACR de um conhecimento que os tornava referência para outros trabalhadores rurais (Silva, 2012).

O *Grito no Nordeste* foi um instrumento essencial para a consolidação, crescimento e atuação da Ação Católica Rural. Suas páginas eram capazes de aproximar os camponeses de discussões às quais geralmente não tinham acesso e serviam como meio de reflexão da realidade destes. Assim, mais do que um jornal, o Grito era “um GRITO de dor e de alerta, é o GRITO dos lavradores e dos que assumem a sua causa, é um GRITO que faz VER a realidade, a começar pelos próprios trabalhadores que veem como o seu sofrimento e as suas lutas fazem parte de um quadro bem maior.”<sup>9</sup>

#### 4. “PÁGINA FEMININA”: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL

Os jornais, atualmente considerados um rico acervo sobre os movimentos sociais, passaram por um longo percurso até serem reconhecidos como fontes adequadas para a escrita da História. Sua falta de objetividade, somada ao caráter arbitrário e tendencioso, eram vistos como empecilhos para os historiadores tradicionais, movidos pela busca de uma suposta verdade dos fatos. Entretanto, com as mudanças na concepção de documento e a superação dos ideais de neutralidade e imparcialidade, os jornais transformam-se em potenciais fontes históricas (Luca, 2011). A partir de então, como aponta Tânia Regina de Luca:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (Capelato; Prado, 1980 *apud* Luca, 2011, p.118).

Diante disso, é imprescindível historicizar a fonte, ou seja, considerar as condições de produção vigentes, as escolhas feitas pelo editorial e as funções sociais desses impressos, uma vez que o conteúdo em si não pode ser dissociado desses aspectos (Luca, 2011). Para realizar

---

<sup>9</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jan.-mar 1987, p. 12. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

esse procedimento, o historiador pode utilizar ferramentas metodológicas como a análise do discurso que, dentre outras coisas, “problematiza a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (Luca, 2011. p.139). O discurso, segundo a concepção da historiadora Régine Robin (1977), diz respeito ao enunciado – uma sequência de frases emitidas – pensado a partir dos mecanismos discursivos que os condicionam. Para a autora, as condições de produção são muito mais que um simples contexto a partir do qual os discursos devem ser analisados, funcionando, na verdade, como características constituintes destes. Sendo assim, Robin defende que uma análise do discurso não pode prescindir das relações extra-linguísticas, como as condições de produção e as posições dos agentes no campo das lutas sociais e ideológicas (Robin, 1977).

Portanto, como aponta Luca (2011), a análise do discurso de um jornal requer a percepção de aspectos que nem sempre encontram-se imediatos e evidentes em suas páginas. O pesquisador dos jornais precisa dar conta, por exemplo, das motivações que levaram à decisão de publicizar determinados conteúdos em detrimento de outros, das hierarquias que perpassam suas páginas – o que figura na capa e o que é relegado a espaços menores –, a ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo, bem como o público que o jornal pretende atingir (Luca, 2011). Sendo assim, é mediante essa ótica que a presente pesquisa busca analisar o periódico *Grito no Nordeste*.

Como discutido anteriormente, o *Grito* funcionou como principal veículo de comunicação da ACR e, ao retratar questões cotidianas do universo da cana-de-açúcar, debruçou-se, em algumas edições, sobre a condição da mulher canavieira. O jornal conta com mais de 180 edições, sendo a última à qual o NUDOC teve acesso a de número 186, lançada em dezembro de 2008. Para essa monografia, foram analisadas as publicações feitas entre os anos de 1967 – número 1 – e 1990 – número 108 –, utilizando o enfoque de gênero. Foram encontradas, portanto, cerca de 40 edições que tratam de diferentes aspectos do cotidiano feminino no mundo rural. Nesta pesquisa, pretende-se mapear as temáticas que aparecem com mais frequência, analisando de maneira mais detida algumas dessas matérias.

Já em sua segunda publicação, realizada no ano de 1967, o jornal reserva um espaço para a chamada “Página Feminina”, constituída tanto por uma receita de bolo quanto por reflexões sobre as dificuldades de trabalho das mulheres. Nessa matéria, o jornal aponta como algumas mulheres, apesar de aprenderem a costurar ou bordar, não conseguem empregos, enquanto outras são obrigadas a trabalhar na enxada para conseguir se manter ou atuar como professoras recebendo salários baixos. Além disso, denuncia também, sob o título “Anda por aí uma conversa de esterilização”, a tentativa de implementação de uma política de controle

da natalidade baseada na esterilização das mulheres do campo, defendida inclusive por alguns sindicatos. O jornal posiciona-se incisivamente contra o argumento de que “não adiantava as mulheres terem muitos filhos para depois eles morrerem de fome”<sup>10</sup>, apontando que essa é uma maneira de fugir da verdadeira causa do problema: a concentração fundiária e a falta de terras para os camponeses. Por tratar-se de uma mensagem cristã, essa denúncia assumia também um caráter moralista, dada a crença de que a sexualidade e o casamento devem ter como propósito a procriação. Apesar da Página Feminina não ter se repetido, o jornal continuou discutindo uma diversidade de temas relacionados às vivências das mulheres no meio rural: o trabalho feminino – tanto no ambiente doméstico quanto na palha da cana –, a maternidade, a violência patriarcal, a sexualidade, o casamento, a participação das mulheres na política, dentre outros.

Uma das pautas mais recorrentes no *Grito*, durante o recorte da pesquisa, diz respeito ao trabalho feminino. Como discutido anteriormente, diante da dupla opressão – de classe e de gênero – que lhes atingia, as mulheres canavieiras viam-se obrigadas a realizar o trabalho na lavoura, de maneira remunerada, e o trabalho não remunerado no ambiente doméstico, acumulando dupla (casa-produção) ou tripla jornada de trabalho (casa-roçado-produção) (Bezerra, 2012). A primeira edição a discutir esse tema é a de número 11, do ano de 1969, em uma reflexão intitulada “As nossas atitudes na vida.” Nela, o jornal defende que “a mulher é igual ao homem, com os mesmos direitos à responsabilidade e no desenvolvimento pessoal”. A partir desse raciocínio, questiona “temos feito o esforço de libertar as mulheres de nossas famílias? (...) a esposa é realmente tida como companheira de vida toda (...) ou, ao contrário, apenas como uma empregada do homem com a única finalidade de trabalhar em casa, de dar e criar filhos?”<sup>11</sup>. Já na edição 23, de 1972, o *Grito* retoma esse debate questionando as opiniões dos leitores acerca de uma frase do *Diário de Pernambuco* que afirmava que “no Nordeste, a mulher trabalha mais do que o homem, quando ambos pertencem às camadas sociais inferiores.”<sup>12</sup>

Porém, é na publicação 36, do ano de 1975, na matéria “A condição de trabalho da mulher no meio popular”, que esse tema torna-se objeto de análises mais longas e profundas. Partindo da ideia de que, para as mulheres de camadas populares, a casa é um lugar de trabalho, o jornal aborda as tarefas domésticas que recaem sobre seus ombros. Mas, diferenciando-se das edições anteriores, o *Grito* vai além do reconhecimento dessa carga

---

<sup>10</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano II, abr.-jun 1967, p. 9. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>11</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano III, 1969, p. 2. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>12</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano V, jul-set, 1972, p. 19. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

exaustiva de trabalho, criticando sua desvalorização: “Alguém dá valor a este trabalho de casa? Não. Por que? Porque é serviço de mulher. Porque na Sociedade onde vivemos, o que dá cartaz é dinheiro. Ora, esses serviços de casa só fazem é gastar dinheiro.”<sup>13</sup> Essas reflexões alinham-se as de pensadoras feministas como Silvia Federici (2017) que argumenta que, a partir da organização capitalista, as mulheres tornaram-se bens comuns e suas atividades foram definidas como não trabalho, sendo percebidas como uma espécie de recurso natural, disponível para todos e a todo momento. Nessa perspectiva, em que somente a produção para o mercado é vista como criadora de valor, a reprodução da classe trabalhadora, por não produzir valor, não pode ser considerada trabalho. Assim, o trabalho reprodutivo e sua função na acumulação do capital tornaram-se invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres” (Federici, 2017). Tendo isso em vista, apesar de não defender diretamente, por exemplo, a necessidade de remuneração do trabalho doméstico, o *Grito* apresenta uma posição progressista, especialmente se pensarmos que a Igreja Católica foi uma das principais responsáveis pela vinculação da mulher ao ambiente doméstico e aos cuidados com a família. Assim o jornal possibilita também, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, uma visão crítica do sistema capitalista onde, apesar de as atividades domésticas funcionarem como importante parcela da produção, não são consideradas trabalho de fato. Por fim, o jornal conclui denunciando que o valor das mulheres, de forma geral, nunca é definido por suas próprias características, mas pelo papel social que desempenham:

São respeitáveis mães de muitos filhos (até que, geralmente, elas mesmas não desejaram tantos filhos: chegaram "porque Deus quiz" e assim foram aceitos); mas, no fundo, o motivo da consideração que se tem para com elas está relacionado ao número de filhos que criaram e à submissão ao homem: nunca às suas próprias qualidades como mulher.<sup>14</sup>

Voltando-se especificamente para o cotidiano das canavieiras, a edição 38, de 1976, descreve, com riqueza de detalhes, o dia a dia da maioria dessas mulheres, perpassado por aspectos como as atividades no eito, o assédio dos patrões, o casamento, o cuidado com os filhos e as dificuldades materiais:

Já bem cedinho, ela vai descendo a ladeira, com a enxada no ombro. Os cabelos jogados para trás presos num lenço feito de saco. Já quase corcunda, os pés nus e os passos fatigados ela arrasta a poeira levando o seu lanche das 11 horas. Ela vai para o engenho vizinho e muitas vezes fará uma meia légua para chegar no lugar de tirar a conta. Raramente ela vai de caminhão transportada no meio dos homens, sacudida como material de trabalho. Ela prefere semear adubo em cada pé de cana. Com isso

<sup>13</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano IX, out-dez, 1975, p.8. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>14</sup> *Ibid.* p.8.

ela ganha Cr\$1,60 (um cruzeiro e sessenta centavos) por conta e no fim do dia consegue ganhar Cr\$ 12,00, até Cr\$ 15,00 por dia.<sup>15</sup>

Além de evidenciar o desgaste e a exploração dessas mulheres a níveis baixíssimos de salário, o jornal discute outros elementos desse trabalho, como o assédio e a violência sexual:

Ela gosta mais de trabalhar somente com mulheres "mas a gente não pode escolher". Às vezes o empreiteiro é bom, tem respeito e compreensão, ele deixa trabalhar 2 ou 3 mulheres juntas, então não custa tanto o trabalho. As línguas também trabalham bastante, as canções e os risos levados pelo vento arrastam consigo, parece, a miséria deixada lá, em casa. Mas, às vezes o empreiteiro é duro e "abusa da gente", ou é muito enxerido! Se a mulher é jovem e bem feitinha, ele lhe dá o melhor lugar no trabalho; que as "coroas" e as reservadas se viram sozinhas! No fim da semana, as últimas receberão menos apesar de terem lutado mais. É assim!<sup>16</sup>

A companhia e a união feminina, portanto, funcionam como inebriantes, afastando as tristezas e dores do cotidiano. Por outro lado, reforçando os diferentes tipos de violência a que estão submetidas, há a constante ameaça dos abusos patronais. Christine Dabat (2005) aponta que, desde a infância, evitava-se que as meninas trabalhassem na cana, não só em razão do grande esforço físico requerido, mas pelas potenciais ocorrências de tratamento indecoroso. Sendo assim, apesar do assédio sexual ser visto como tabu e, por isso, raramente aludido – até mesmo pelas trabalhadoras que, ao desconsiderar suas diversas formas, negavam ter vivido qualquer violência sexual por parte do patronato (Bezerra, 2012) –, ele era mais uma face da violência na *plantation*.

Em seguida, a matéria traz informações sobre o cuidado com os filhos, a saúde e a inserção precoce na lógica de trabalho:

O menino desde 9 anos de idade segue o pai, junta as canas e amarra o feixe. Os outros filhos pequenos ficam em casa. Algumas vezes a caçula é levada pela mãe e a filha mais velha acompanha também, vigiando o nenê e tirando conta. Aquela que fica tomando conta da casa tem apenas 10 anos e se ocupa de seus 6 a 7 irmãos. Menina sem infância, já acostumada a carregar pesos enormes na cabeça, recebendo carões na volta dos pais e descontando nos seus irmãozinhos os biliscões e cocorotes que a autoridade lhe deu. (...) De noite, a mãe terá que se levantar para cobrir um bichinho que tosse (cobrir com que, Ave Maria!) ou acalmar a agitação dum filho atacado de vermes.<sup>17</sup>

Aqui encaramos, a partir do trabalho infantil, a reprodução de um ciclo familiar onde os canaviais parecem ser o único destino possível. O trabalho doméstico atribuído às filhas inseria-se em um contexto de superexploração da força de trabalho, sobretudo feminina.

<sup>15</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano X, abr-jun 1976, p.6. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>16</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano X, abr-jun 1976, p. 6. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 7.

Muitas vezes exigido pelas condições socioeconômicas, o trabalho feminino precoce, ao impossibilitar os estudos, fazia com que as mulheres canavieiras assumissem papéis semelhantes aos desempenhados por suas mães e avós, reproduzindo a condição das mulheres na zona canavieira (Bezerra, 2012). Essas crianças sem infância, para além da exploração patronal, são vítimas também das precárias condições materiais e de saúde, que as mães tentam contornar com suas “trampolinagens”, forrando as camas com “folhas secas de banana e de sacos de adubo”<sup>18</sup> e tratando de diversas enfermidades com os recursos naturais. O *Grito* continua:

Mas, antes do sol se esconder atrás do morro, a mãe tem que lavar a roupa, pelo menos ensaboá-la. Ela lavará até uma segunda bacia cheia de roupa, pois a vizinha ou a cunhada, ou a comadre de batismo ou de fogueira deu à luz nestes dias. "É troca de serviço, elas fazem isto para mim também, quando preciso". A mulher da cana ao dizer isto, deixa seu olhar se encher de alegria e ternura. Apesar da dureza da vida, há comunhão de sentimentos entre as mães.<sup>19</sup>

Mais uma vez, portanto, são evidenciadas as redes de apoio e solidariedade construídas pelas mulheres a fim de atenuar as condições penosas de vida. Como aponta Marcela Bezerra (2012), o grande número de tarefas, o reduzido tempo de descanso, o deslocamento de ida e volta para o local de trabalho e para a residência, bem como os esforços físicos, esgotavam fisicamente as trabalhadoras, muitas vezes impedindo-as de conciliar o trabalho na produção canavieira com os afazeres domésticos. Nesses casos, os parentes e as pessoas próximas, sobretudo mulheres, assumiam responsabilidades na manutenção da casa e na socialização dos filhos menores. Assim, “avós, tias, cunhadas, filhas e vizinhas assumiam a ‘obrigação natural’ das trabalhadoras canavieiras” (Bezerra, 2012, p.102).

Por fim, o jornal termina com o seguinte trecho:

Num suspiro, a mulher apanha a roupa do homem, úmida de sereno, pendurada na corda. Dá uma última olhada no caminho que leva à vila. Entra na casa e fecha a porta com o ferrolho. Prepara, na cadeira, a camisa e a calça que ele vestirá amanhã para ir trabalhar, bem cedinho, logo depois do galo cantar. Depois ela se dirige à cozinha, corta um pedacinho do cuscuz, bota dentro uma metade de sardinha. De pé, perto do fogão, começa a comer. Não desce, tem um nó na garganta. Deixa sem tocar, volta ao quarto das crianças, cobre a caçula se mexendo no fundo da rede e, de novo, seus olhos tristes se enchem de alegria. "Amanhã será melhor". Num sorriso ela vai se deitar.<sup>20</sup>

---

<sup>18</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano X, abr-jun 1976, p.7. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 7.

<sup>20</sup> *Ibid.*, p. 8.

Como vimos, portanto, o dia de trabalho das canavieiras iniciava-se antes do amanhecer e não tinha hora para terminar. Geralmente, as atividades domésticas eram realizadas nas horas extremas, ou seja, muito cedo ou muito tarde (Rossini, 1988). Após providenciar a alimentação da família, elas continuam a trabalhar nas lavouras canavieiras e, ao retornar para casa, retomavam os encargos domésticos (Bezerra, 2012). Assim, o tempo de repouso da mulher torna-se cada vez menor, enquanto o do homem permanece o mesmo, uma vez que, após uma longa jornada de trabalho, este chega em casa e aguarda o jantar enquanto a mulher trabalha lavando roupa, cozinhando e/ou costurando (Rossini, 1988) – em outras palavras, garantindo a reprodução da força de trabalho.

Ao promover discussões sobre as diferentes formas de trabalho feminino e sua importância para a manutenção e reprodução das famílias da classe trabalhadora, o *Grito* contribui para desnaturalizar a exploração feminina, sobretudo quanto ao trabalho doméstico. Como aponta Mello (2016), este não é algo que as mulheres nascem sabendo fazer, nem que fazem simplesmente por amor ou porque é inerente a elas. Responsabilizar as mulheres – e somente elas – por esse trabalho foi um processo histórico. Além disso, o não reconhecimento do trabalho doméstico – essa fraude que se esconde sob o nome de amor (Federici, 2019) – acarreta duplas jornadas, impossibilidade de se dedicar a outros projetos, bem como sentimentos de inferioridade e culpa por não conseguir dedicar-se como gostaria ao trabalho exercido gratuitamente para a família e, ao mesmo tempo, a sua carreira profissional (Mello, 2016).

Ainda tratando do trabalho doméstico, mas relacionando-o à necessidade de participação política da mulher, a edição 51, de 1979, apresenta uma matéria intitulada “Mulheres falam: nossa participação é importante!”. Essa coluna reúne trechos de cartas enviadas por esposas dos agricultores contando suas duras vidas, por exemplo: “Não somos apenas esposas dos agricultores, somos quem, além de tudo, cuida da casa, das crianças, da roupa, da roça, da criação, é bem assim! A gente pensa que o homem tem trabalho duro, mas a mulher ainda mais.”<sup>21</sup> Diante de relatos com esses, o jornal se posiciona da seguinte forma:

Companheiras é preciso conversar sobre todas as dificuldades: o montão de filhos, nada de ajuda para criar e educar os filhos, a falta de terra, a falta de assistência, a falta de dinheiro. Tudo isso deve ter uma causa principal que não é o movimento, que não é a esposa, não são os filhos, nem a própria mãe, nem ainda Deus (...). São problemas gerais do nosso tempo, do nosso país, do nosso continente América Latina. Qual será então a causa? Será que a causa não está na chamada sociedade

---

<sup>21</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIII, jul-set 1979, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

capitalista? Nesta sociedade os homens acham que o lugar da mulher é ser dona de casa e seu trabalho, como doméstica, lavadeira, dona de casa não é valorizado.<sup>22</sup>

Aqui, percebemos uma crítica mais ferrenha do jornal ao sistema capitalista, reconhecendo sua relação direta com a estrutura patriarcal e a situação de superexploração do trabalho feminino. No que diz respeito às propostas para a superação desse problema, o *Grito* afirma:

Como podemos fazer em conjunto? Esta participação pode ser direta; indo às reuniões junto com os esposos, como já fazem algumas, ou indiretamente ficando em casa, na dura tarefa de mãe educadora e ainda fazendo todos os trabalhos materiais do campo. Um detalhe importante para você que fica em casa. Quando ele, seu esposo, voltar dos encontros, assembleias, não deixe de perguntar: ‘Hei! Como foi a reunião? Todos animados? Do que falaram? O descobriram? O que vai mudar? E como posso ajudar?’ Porque afinal, companheiras, é lá, justo lá que vocês querem chegar, onde a mulher é companheira do marido em tudo. Está aí a força da libertação.<sup>23</sup>

Quanto a essas recomendações, é pertinente destacar que, apesar de um tímido incentivo à participação feminina na política e no movimento, o periódico ainda não promove uma discussão aprofundada e propostas efetivas sobre o tema. Engessado pela vinculação da mulher ao lar e ao status de companheira do esposo, o *Grito* apenas parcialmente a reconhece como sujeito político. Outra edição que mostra as limitações desse jornal e seu caráter religioso indissociável – o que não desqualifica seus indiscutíveis avanços –, é a de número 47, de 1978. Sob o título “A mulher e a política”, o texto propõe reflexões sobre personagens femininas que fizeram mudanças importantes na sociedade. Utilizando o exemplo de Eva, o *Grito* defende que a mulher sabe VER, pois tem o dom de observar se as coisas vão bem ou mal, entretanto, “talvez não saiba bem JULGAR”<sup>24</sup>. A crítica à capacidade de julgamento das mulheres faz referência ao episódio bíblico em que Eva decide comer o fruto proibido, assim, ao rememorar-lo, o jornal reafirma não só o pensamento cristão de culpabilização da mulher pela expulsão do paraíso, quanto a suposta tendência feminina a se deixar levar pelas vontades e emoções, em contraposição ao homem, que é visto como referência de racionalidade. Esse trecho revela que, ainda que o jornal possua, de forma geral, uma visão progressista e crítica diante da desigualdade de gênero, oferecendo aos leitores e leitoras meios para combatê-la, ele ainda se prende a preconceitos cristãos e patriarcais que subestimam as capacidades

<sup>22</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIII, jul-set 1979, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>23</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>24</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XI, jul-set 1978, p. 19. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

femininas. Em seguida, porém, a matéria glorifica a capacidade feminina de AGIR, de maneira corajosa:

Coragem a mulher a tem também: coragem de dar a luz em plena noite, num sítio deserto e distante.. coragem na seca do verão, com o filho doente para percorrer léguas a pé, e o nenê desidratado nos braços... Coragem pra socorrer seu “velho”, voltando bêbado do barracão... Coragem para recomeçar cada dia a mesma vida dura sabendo se responsabilizar com a roça e a criação da meninada toda, quando o marido está viajando para trabalhar para o bem do povo, em reuniões de sindicatos ou outras reuniões. A mulher tem até coragem de dar a vida (...) Cada parto é para ela um risco de trocar a própria vida contra aquela do bebê que vai nascer. Cada hora do dia lhe gasta um pouco de força como se gasta pouco a pouco o tecido de seu vestido de chita. É também dar a vida levantar-se cedo para fazer o café da manhã, é dar a vida limpando a cana que corta os braços (...) é dar a vida sobretudo compadecer-se impotente na frente dessas bocas abertas de filhos famintos pedindo comida e não tem... dessas mãos calosas de esposo abertas pedindo terra e não tem... mulher fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem? (...) Ô mulher você também não dá a sua vida, você queimada pela dor que lhe devora?<sup>25</sup>

A partir dessa reflexão, o jornal toca, mais uma vez, nas dificuldades cotidianas — desde a fome ao comportamento imprudente do marido — que precisam ser corajosamente ultrapassadas pelas mulheres para manter a sobrevivência das famílias. Reforçando não só as diferentes faces do trabalho feminino e sua importância, o jornal questiona também onde estão os ganhos desses esforços, reconhecendo a exploração desse trabalho estranhado (Marx, 2004), que não enriquece o trabalhador, mas sim o sistema que o oprime: “mulher fornecedora de mão de obra para enriquecer a quem?”.

A participação feminina na política passou a ser pauta mais frequente no início da década de 1980, sendo simbólica desse processo a matéria “Mulher, ontem e hoje” abrigada na edição 56 do mesmo ano. Nela, o jornal usa como exemplo a história de Maria, mãe de Jesus, definida como uma mulher participante e aberta para a comunidade, que “não aceitava a escravidão, o machismo, a prisão de quatro paredes, a injustiça sofrida por outras mulheres de sua classe”<sup>26</sup>, e afirma que o mundo precisa desse tipo de mulher, capaz de lutar junto aos seus companheiros. Dito isso, traz um balanço das discussões realizadas no 1º Encontro de Mulheres do Meio Rural, realizado em Minas Gerais no ano de 1980. Dentre os assuntos do encontro estavam a exploração sofrida pela mulher, a insegurança e o complexo de inferioridade em relação ao homem, os papéis de gênero e a necessidade de união das mulheres na luta política, mencionando inclusive a participação no sindicato. O *Grito* então, reconhece de maneira mais efetiva que “a participação da mulher é fundamental para a

<sup>25</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XI, jul-set 1978, p. 20. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>26</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIV, jul-set 1980, p. 7. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

transformação da sociedade”<sup>27</sup> e que essa participação precisa ir além do ambiente doméstico. É significativa também a ressignificação da imagem da Virgem Maria, contrariando a posição hegemônica da Igreja Católica que a elege como modelo de mãe e mulher dedicada ao lar e à família, o periódico a reivindica como uma militante inconformada com as injustiças da sociedade e comprometida com as classes populares.

Essa mesma percepção revolucionária de Maria reaparece na edição 78, de 1984, na matéria “Maria na vida do povo”, que, mais uma vez, traça paralelos entre a figura bíblica e as mulheres do campo:

Hoje Deus continua agindo no mundo através das mulheres. São muitas Marias que assumem cada vez mais a luta pela transformação da sociedade. É no movimento sindical, nos partidos políticos, nas associações de bairros, comunidades de base, etc. (...) Assim como as mulheres nas frentes de emergência, na palha da cana (...) fazendo saques, fazendo greves e oposição sindical. Deus continua manifestando o poder de seu braço através das mulheres.<sup>28</sup>

Ainda nessa edição, o jornal incentiva a participação feminina no sindicalismo rural, afirmando que “todo trabalhador, seja homem ou mulher, tem direito de se associar ao sindicato”<sup>29</sup>, bem como discute a importância de todo mundo ter voz e tomar decisões, questionando “quantas vezes mulheres e jovens não participam, porque não tem vez de falar?”<sup>30</sup>. A participação no sindicato, por sua vez, passa a figurar com mais frequência nas páginas do *Grito*. Na edição 89, de 1986, por exemplo, a Equipe Central da ACR defendia que um dos objetivos relativos à questão sindical era fortalecer a campanha de filiação dos jovens e das mulheres. Apesar de ser mencionada em outros momentos ao longo dos anos, é na edição 97, de 1987, que essa reflexão ganha um espaço especial, sob o título “Sindicato também é coisa de mulher e de jovem”. A partir dela, o jornal apresenta breves depoimentos de cinco jovens mulheres e trabalhadoras rurais de Nazaré (PE), dentre elas Valdete, líder do sindicato de Surubim. As entrevistadas contam como ingressaram nos sindicatos e a importância da presença de mulheres nesses espaços: “participando do Sindicato, somos mais fortes e, nas nossas lutas, podemos contar com o apoio dos companheiros. Às vezes nos saímos até melhor que o homem naquilo que fazemos.”<sup>31</sup> Por fim, deixam mensagens de incentivo para outras mulheres: “Quero deixar o meu recado para as minhas companheiras

---

<sup>27</sup> Ibid., p. 7.

<sup>28</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XVII, mai-jun 1984, p. 3. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>29</sup> Ibid., p. 4.

<sup>30</sup> Ibid., p. 5.

<sup>31</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jul-ago, 1987, p. 4. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

mulheres: tomem consciência do seu valor e lutem para conquistar seu espaço nesta sociedade que marginaliza e maltrata a mulher.”<sup>32</sup>

Como anteriormente discutido, uma contradição marcante do movimento sindical foi a não valorização da mulher enquanto participante da classe trabalhadora. Quanto a isso, Bezerra (2012) afirma que, apesar da presença massiva das canavieiras nas lavouras, sua plena inclusão nas atividades sindicais só constituiu-se a partir da década de 1980, mesmo havendo aquelas que participavam desde seu início, na qualidade de esposas. Até então, as especificidades do trabalho feminino e as opressões de gênero não eram questões discutidas nos sindicatos, sob justificativa de que poderiam enfraquecer as pautas da classe trabalhadora de maneira geral. Entretanto, apesar do sindicalismo rural enquadrar como pautas femininas reivindicações como a licença maternidade, a estabilidade da mulher gestante e as pausas para amamentação ao longo do horário de trabalho, estas medidas, na verdade, beneficiam toda a classe trabalhadora, contribuindo para sua sobrevivência e reprodução. Sendo assim, “a própria denominação “direitos das trabalhadoras”, em substituição à “conquistas da classe canavieira”, demonstrou o quão lento e difícil foi o processo de entendimento das mulheres canavieiras como representantes legítimas da classe trabalhadora rural” (Bezerra, 2012, p. 63).

Nesse sentido, ao analisar as discussões sobre as vivências femininas nas páginas do *Grito*, é possível perceber, com o passar das décadas, o lento processo pelo qual as mulheres passaram até serem vistas, de fato, como sujeitos históricos e partícipes da classe trabalhadora. Apesar de algumas “questões femininas” — como tripla jornada de trabalho, maternidade, violência de gênero, etc. — estarem presentes no jornal desde suas primeiras edições, é apenas no final da década de 1970 que os debates em torno da participação da mulher na política ganham espaço em suas páginas. Ao longo dos anos 1980, portanto, o *Grito* passa a tratar dos encontros de mulheres em diversos estados, incentivando sua participação nos sindicatos e nos partidos políticos, bem como discutindo acerca dessa presença no próprio movimento, a partir de relatos de mulheres da equipe que enfrentavam “as dificuldades de ser militante, companheira de militante e mãe de família numa sociedade machista.”<sup>33</sup>

O desabrochar dessas discussões, entretanto, não pode ser entendido de modo isolado, pois relaciona-se diretamente ao contexto político e social vivenciado pelo país. A participação de mulheres em movimentos sociais no campo, como aponta Carneiro (1994), toma uma característica singular na década de 1980, quando são realizados os primeiros

---

<sup>32</sup> Ibid., p. 4.

<sup>33</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIX, mar-abr, 1985, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

encontros voltados para problemas que lhes são específicos. Isso não significa, porém, que a mulher estava ausente das lutas travadas por sua classe em momentos anteriores. No entanto, observa-se, a partir desse período, uma mudança na qualidade desta participação, tornando-se mais autônoma, uma vez que, até então, esta se dava principalmente através da inserção dos maridos ou de outros familiares (Carneiro, 1994). Com o surgimento das reuniões e dos encontros de mulheres trabalhadoras – mencionados pelo *Grito* em diversos momentos e localidades – as canavieiras puderam socializar experiências de vida e se solidarizar umas com as outras diante das semelhanças de seus problemas. Esses eventos, como aponta Bezerra (2012), possibilitaram às mulheres, sobretudo, comunicar-se, expressar-se, falar sobre a condição da mulher trabalhadora rural, através do compartilhamento de histórias de vida. A importância desses momentos é atestada diversas vezes pelos relatos de mulheres publicados no jornal: “Cheguei na reunião desconfiada. Mas as companheiras não me deixaram sozinha. Ficaram do meu lado me dando coragem e força, e até me animando para a vida...”<sup>34</sup>

A primeira capa relacionada às discussões de gênero foi publicada apenas na edição 99, de 1987. A imagem ilustra uma mulher segurando seu filho no colo, com o título “Natal: a gente se prepara e sente as dores pra outro poder nascer” fazendo referência à matéria sobre maternidade presente na página 5 do jornal. Nela, o *Grito* dá voz a três mulheres, trabalhadoras rurais e mães de família, questionando acerca do que significa a gravidez para uma mulher pobre. Ao se depararem com essa pergunta, a preocupação é o primeiro sentimento a ser mencionado: “Quando a gente fica grávida, a gente se sente preocupada, não é? É sempre mais uma boca que vem. Mas eu me sinto contente de estar esperando mais um neném.”<sup>35</sup> Diante da questão acerca da ligação entre seus sofrimentos e a história de Maria, mãe de Jesus, uma das mulheres afirmou: “Pra gente também é difícil, não tem um hospital bom pra descansar; não tem dinheiro pra comprar as coisas direitinho pro nosso filho que vai nascer. .. Temos que carregar água e lenha na cabeça... Mas a gente fica esperando doida que nasça logo, pra gente ver como é...”<sup>36</sup> Entretanto, mesmo com a preocupação e todas as dificuldades mencionadas, a mensagem final é de esperança: “A gente também tem esperança que o filho consiga um bom trabalho e possa ajudar a gente mais tarde. Eu também quero que os meus filhos aprendam as coisas e participem da luta”.<sup>37</sup> Outra companheira conta: “A minha filha gosta de participar. Eu acho bom e bonito, e até incentivo. Ela tá aí, metida nesse

<sup>34</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jul-ago, 1987, p. 3. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>35</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, nov-dez, 1987, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p. 5.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p. 5.

negócio dos trabalhos das mulheres. Eu acho que é importante".<sup>38</sup> Para essas mulheres, como é possível perceber, a luta pela classe representa um ponto de virada, motivo de orgulho e esperança de um futuro melhor.

A maternidade é um tema recorrente no *Grito* desde seu início. A edição número 9, de 1969, por exemplo, propõe uma reflexão “Às mães camponesas” a respeito do dia das mães, questionando se a classe camponesa possui o privilégio dessa comemoração. Elencando as disparidades existentes entre as mães camponesas e as mães de classes sociais mais privilegiadas, o jornal menciona que “enquanto estas gozam de privilégios, diversões e participação das organizações; aquelas são isoladas e não conhecem outro privilégio a não ser trabalho da roça, a sua pobre casa, a sua vida de miséria.”<sup>39</sup> Diante disso, propõe a união das mulheres e demais trabalhadores em prol do “progresso de todos os homens, de todas as mães, sem classe e distinção.”<sup>40</sup>

A figura da mãe e as discussões acerca da maternidade ganham espaço em muitas edições, entretanto, vale destacar a de número 93, de 1986, em que a matéria “Natal: a grande esperança” retoma os medos e as preocupações inerentes à gestação dessas mulheres trabalhadoras rurais:

Diante disso, vem a vontade de perguntar. E você, mulher brasileira, mãe nordestina, o que sente quando está para dar à luz? Você sente nascer a esperança? Qual é a sua reação? O que passa na sua cabeça, sabendo que no Brasil, morrem de fome, por dia, mil crianças antes de completar um ano de idade?<sup>41</sup>

Em uma página intitulada “O Natal a partir da criança”, na edição 105, de 1988, o jornal acrescenta:

Para muitas mães pobres de hoje, ao descobrir que estão grávidas, ao invés de alegria vem a preocupação. É a incerteza de não ter comida para mais uma boca, de não ter o remédio, a roupa e a escola. É a casa e a terra que não tem. A pobreza e a miséria tiram a alegria de ser mãe e de ser pai. Além disso, muitas mulheres não podem ser mãe, porque os homens não assumem o ser pai. Quantas mulheres e quantas crianças sofrem por isso nos dias de hoje!<sup>42</sup>

A partir dessas edições, é possível compreender como alguns aspectos característicos da *plantation* — como a mortalidade infantil, a fome e a falta de assistência médica — afetavam diretamente o cotidiano feminino e a maternidade. Nessas áreas, os altos índices de mortalidade infantil, relacionada principalmente à falta de atendimento médico, assombravam

<sup>38</sup> Ibid., p. 5.

<sup>39</sup> *Jornal Grito no Nordeste*. Ano III, 1969, p. 12. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>40</sup> Ibid., p. 12.

<sup>41</sup> *Jornal Grito no Nordeste*. Ano XX, nov-dez, 1986, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>42</sup> *Jornal Grito no Nordeste*. Ano XXI, nov-dez, 1988, p. 7. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

as mães. A dificuldade de acesso aos postos de saúde e hospitais fazia com que mulheres grávidas e em trabalho de parto não recebessem o devido acompanhamento, contribuindo para a alta mortalidade materno-infantil. Além disso, a desnutrição aumentava os riscos de vida da mãe e da criança. Diante dessas condições, os trabalhadores recorriam à ajuda das parteiras, entretanto, era comum não conseguir nenhum socorro, a não ser dos vizinhos. A palavra "socorrer" é simbólica das angústias que envolviam esse momento, visto que as situações podiam ser muito perigosas, tanto para as mães quanto para os recém nascidos (Bezerra, 2012). Assim, como afirma uma das entrevistadas pelo *Grito*, cada gestação, de fato, era “como passar pela morte e chegar na vida”.<sup>43</sup>

Outras “questões femininas” relacionadas à família, sexualidade e casamento também são publicizadas pelos jornal e tornam-se relevantes para compreender as vivências das mulheres rurais. Na edição 27, de 1973, por exemplo, destaca-se o tema da prostituição. Em uma matéria intitulada “Já analisou assim a prostituição?” o *Grito* conta o caso de Olegária, uma mulher que foi explorada desde a infância trabalhando como empregada doméstica e, ao ser expulsa de casa pela tia por perder a virgindade, vê como única saída a prostituição. Criticando a postura da tia de Olegária, o jornal afirma:

A exploração do trabalho torna o homem desumano com seu semelhante, o tabu do sexo torna a própria família desumana com suas filhas, irmãs, sobrinhas. Por conta disso, mocinhas ou mulheres jovens estão botadas pra fora de casa, como nem cachorrinhos: elas ficam marcadas, a vida inteira.<sup>44</sup>

Ao denunciar o tabu que envolve a sexualidade, o jornal trata de uma questão muito comum no meio rural. A repressão da sexualidade feminina e as relações patriarcais faziam com que os assuntos relativos à sexualidade, e ao corpo da mulher, geralmente não fossem discutidos ou se restringissem apenas às conversas entre mães e filhas. Sendo assim, ao tratar o sexo e o corpo feminino como temas proibidos, as mulheres interiorizavam e reproduziam a opressão de gênero (Bezerra, 2012). Além disso, o jornal também discute a prostituição não como um problema moral – como é comum nas instituições religiosas –, mas como uma questão social:

E agora, o que fazemos com Olegária e suas inúmeras colegas? Antes de tudo, queremos aceitá-las como são: nossas irmãs, filhas de Deus, como nós (...) Uma coisa que muita gente não entende: não andamos procurando “tirá-las daquela vida”. Sabemos que, por hora, é seu único meio de sobrevivência e de seus filhos. Estão

<sup>43</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, nov-dez, 1987, p. 5. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>44</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano VII, jul-set, 1973, p. 10. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

vivendo assim, porque na região, não há trabalho para todos, principalmente para mulheres (...).<sup>45</sup>

Assim, ao promover não só a discussão acerca de um tema polêmico, mas também abordá-lo de maneira inovadora, o *Grito* demonstra mais uma vez seu caráter progressista em comparação a outros setores da Igreja Católica e até a jornais de grande mídia. A prostituição, como demonstra Souto (2020), muitas vezes é encarada pelas mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco como uma última alternativa de conseguir renda para satisfazer necessidades básicas, como alimentação e moradia. Segundo a autora, as alternativas se restringiam, frequentemente, ao canavial e à prostituição, o que revela a falta de oportunidades para as mulheres em outros espaços de trabalho. Marcela Heráclio Bezerra (2012) menciona o caso de uma trabalhadora canavieira que confidenciou ter vendido seu corpo em troca de trabalho quando o marido gastou o salário da semana com bebidas alcoólicas, sem ter comprado qualquer alimento. Aproveitando-se da situação, o cabo negou-lhe trabalho até que a trabalhadora cedesse à sua proposta e, sem ter condições de alimentar a si e aos filhos, não restou alternativa para ela senão aceitar.

Alguns aspectos que permeiam as relações familiares e conjugais ganham espaço na edição 36, de 1975, na matéria “A condição de trabalho da mulher no meio popular”, analisada anteriormente. Ao afirmar que os filhos precisam da orientação do pai, mas que este muitas vezes chega cansado e, por isso, resolve os problemas na base dos gritos ou da “surra”, o jornal aponta:

Encontramos aqui uma característica do meio popular: por trabalhar em duros serviços braçais onde sempre recebe ordens ou reclamações em voz alta, o homem cria a imagem do chefe que manda com dureza, a brabeza é mais eficiente que a cortesia. A casa é o lugar onde ele poderá exercer este tipo de chefia, para se vingar da subordinação sofrida aí fora, ele vai se tornar um tirano para os filhos e para a mulher (...) Por sua vez, os filhos e a mãe pegam por imitação a imagem trazida pelo pai: só obedece e só se manda num clima de desafios e ameaças, gritos e pancadarias.<sup>46</sup>

Esses traços de agressividade também foram discutidos por Bezerra (2012) ao investigar as relações familiares na zona canavieira de Pernambuco. Segundo a autora, muitas mulheres, ao serem questionadas sobre os cônjuges, afirmavam que estes eram homens trabalhadores e prestativos, embora agressivos e violentos. Nesse cotidiano marcado pelas normas patriarcais, as trabalhadoras, muitas vezes vítimas de violência física e psicológica,

---

<sup>45</sup> Ibid, p. 10.

<sup>46</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano IX, out-dez 1975, p. 9. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

atribuíam a brutalidade dos maridos ao meio em que viviam e às relações de exploração, assim como fez o *Grito* no trecho supracitado. Ademais, a frequente resignação das mulheres diante de comportamentos agressivos e alcoólatras – outra característica mencionada pelo jornal em algumas edições – era fruto, principalmente, da dependência econômica em relação ao marido (Bezerra, 2012).

Retomando a discussão acerca das capas do *Grito*, a segunda edição que dedica sua página inicial às mulheres é a de número 101, no ano de 1988. Nela, há a fotografia de uma mulher dançando, acompanhada por uma poesia de valorização à mulher negra: “No rosto, nos pés, nos braços, em todo corpo, ao som dos tambores, o gingado da mulher negra, uma expressão de sua fé, de seu costume, de sua raça, num canto à liberdade...”<sup>47</sup>.

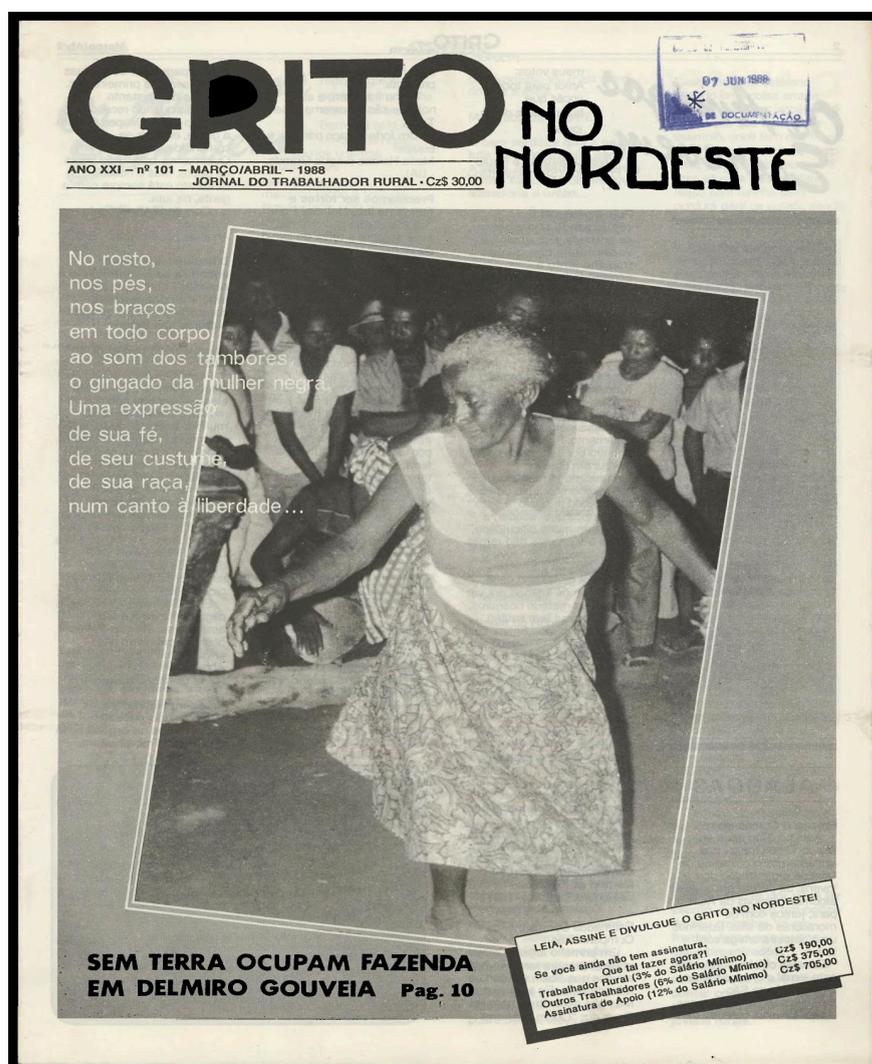


Figura 1: Capa do jornal *Grito no Nordeste*, Boletim nº 101, 1988.

<sup>47</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXI, mar-abr. 1988, p. 1. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

A capa simboliza a aproximação do jornal com as ideias da Campanha da Fraternidade do ano de 1988, cujo tema era "O negro e a fraternidade". Entretanto, apesar de protagonizar a imagem da primeira página, a mulher negra não se configura como objeto de análise em nenhum outro momento da edição.

É a capa da edição de número 108, de 1990, porém, a mais importante para a presente pesquisa. Com a imagem de três trabalhadoras segurando suas enxadas e o título "Mulher... na reconstrução da História", ela simboliza a trajetória feminina dentro do próprio jornal. Partindo da reflexão de que as mulheres foram, por muito tempo, deixadas de lado na história da humanidade, o *Grito* afirma:

A nossa participação neste processo foi sempre relegada a segundo plano, mesmo porque ser dona de casa e cuidar da educação dos filhos, nunca foi visto como um trabalho, muito menos como fator importante que desse à mulher condições de ser agente da sua história.<sup>48</sup>

Diante disso, o periódico discute o papel da mulher na reconstrução da história e na luta contra a reprodução das ideias de submissão e dominação de gênero. O *Grito*, portanto, reafirma a subjetividade da mulher: "A mulher não precisa e não deve ser dependente para ser considerada mulher (...) A mulher é um ser concreto e tem o compromisso de modificar-se e modificar este mundo para que a imagem de mãe e esposa não fique acima da companheira."<sup>49</sup> Por fim, a edição traz depoimentos de algumas mulheres sobre a participação no sindicato, a gravidez e o trabalho na cana, reconhecendo o longo processo pelo qual passaram até então:

A mulher entra no processo de ressurreição, "ressurreição do corpo das mulheres que passam a falar do que não podiam, a tomar a palavra que não deviam, a andar por onde era proibido, a gritar quando a ordem é calar, a se levantar quando deveriam permanecer sentadas, a se organizar quando deveriam estar submissas, a esperar o novo quando lhes ensinaram a repetir o mesmo."<sup>50</sup>

A título de conclusão, é pertinente sublinhar as transformações vivenciadas pela figura feminina no jornal *Grito no Nordeste*. Se em seus primeiros anos, o periódico enxergou a mulher, majoritariamente, a partir da posição de mãe e esposa, ligada essencialmente ao ambiente doméstico, com o passar das décadas, acompanhando as mudanças na conjuntura político-social, este passou a preocupar-se com a presença feminina em outros âmbitos. Assim como demorou para que as "questões femininas" saíssem das páginas internas e migrassem para as capas do jornal, também foi longo o processo para que as mulheres fossem

<sup>48</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXII, jan-fev 1990, p. 9. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>49</sup> Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXII, jan-fev 1990, p. 9. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

<sup>50</sup> *Ibid.*, p. 9.

reconhecidas de fato como sujeitos históricos e políticos, bem como partícipes indispensáveis da classe trabalhadora. Sendo assim, torna-se ainda mais significativa a frase da última edição analisada: “Até hoje nós fomos filha, irmã, mãe, amante... Agora chegou o momento de lutar por nossa identidade de mulher.”<sup>51</sup>



Figura 2: Capa do jornal *Grito no Nordeste*, Boletim nº 108, 1990.

<sup>51</sup> Ibid., p. 9.

#### 4.1 O *Grito* no ensino de História

O “historiador docente” é aquele que, engajado com a intervenção no tempo presente, transforma os resultados de seu fazer histórico em conhecimento ensinável e aplicável para a sociedade (Matos, Senna, 2011). É a partir dessa perspectiva que o presente trabalho propõe pensar o *Grito no Nordeste* não apenas como fonte para o fazer historiográfico, mas também como material didático a ser utilizado em sala de aula, especialmente no ensino básico.

A história escolar tem sido, desde seu início, narrada quase exclusivamente na perspectiva de personagens masculinos. Essa história, marcada pela invisibilidade e pelo silenciamento das mulheres, tem relevante papel na formação da consciência histórica e do aluno enquanto sujeito. Diante da perspectiva de que selecionar o conteúdo a ser discutido em sala de aula é um ato de poder, o discurso histórico, por exemplo, ao negar visibilidade às mulheres, contribui para perpetuar sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos históricos (Zarbato, 2015). Para reverter esse quadro é necessário comprometer-se com um ensino de História posicionado que inclua a história das mulheres e das relações de gênero em sua diversidade. Não se trata, entretanto, de acrescentar fatos a uma história masculina, preenchendo lacunas, mas de ampliar a compreensão dos processos históricos, revelando aspectos como “os micro-poderes, as subjetividades, as violências cotidianas, as táticas de lutas, entre outras tantas experiências que envolvem os gêneros” (Rovai, Monteiro, 2020, p. 215).

Segundo Larissa Costard, uma ferramenta para essa prática posicionada é a pedagogia decolonial, capaz de historicizar as diferenças e as relações de poder. A partir dessa perspectiva, a autora defende que:

Pensar a crítica ao papel esperado para as mulheres na História é retirá-las do gineceu de Atenas: apresentá-las como seres políticos, do espaço público, intelectuais, agentes da História, das revoluções e das reformas, não apenas pela silenciosa resistência cotidiana e doméstica (que também é importante), mas multiplicando as visões e os lugares sociais que as mulheres ocupam e ocuparam na História, e que não podem e não devem ser alvo da amnésia social. Deste modo, a visão tradicional da mulher frágil, passional e doméstica fica também compreendida em seu tempo e lugar histórico, e não como natureza (Costard, 2018).

Essa, entretanto, não é uma tarefa simples. Para executá-la, é necessário questionar os procedimentos que promovem omissões e apagamentos das mulheres em operações historiográficas, em registros públicos e também na própria escola (Rovai, Monteiro, 2020). Esse processo, porém, muitas vezes precisa ser feito a partir dos usos de fontes e materiais não tradicionais, uma vez que os livros didáticos, por exemplo, habitualmente reforçam as

hierarquias de gênero. É nesse ensejo que proponho a utilização do *Grito* como material pedagógico.

Além de ser um rico acervo para pensar a história dos de baixo, dos movimentos sociais e do mundo rural, o jornal *Grito no Nordeste*, como a presente pesquisa buscou demonstrar, possui imenso potencial para discutir questões acerca das relações de gênero e do cotidiano feminino. Com sua linguagem simples e suas imagens simbólicas, o periódico apresenta um caráter didático que permite seu uso em sala de aula de maneira eficiente. A partir das vivências com as exposições itinerantes – fora da universidade – de documentação do NUDOC, foi possível constatar que os estudantes, especialmente do ensino básico, costumam se interessar rapidamente por fontes como o *Grito*, pelo seu caráter atrativo, ilustrado e diferente dos materiais a que estão habituados. No que se refere a discussão de gênero, o *Grito* pode proporcionar debates acerca da participação feminina na história, da luta política das mulheres, da desnaturalização do trabalho doméstico, das violências patriarcais, da maternidade, sexualidade, trabalho nos canaviais, modificações na compressão do papel da mulher na sociedade, etc. Essas são apenas algumas das inúmeras possibilidades de reflexões que podem ser feitas a partir do jornal de modo a contribuir para o alargamento da consciência histórica e social dos alunos e alunas, a partir da compreensão de que as mulheres são sujeitos históricos atuantes em diferentes espaços e épocas.

Sendo assim, o *Grito no Nordeste* é uma ferramenta útil para promover um ensino de história que posiciona as mulheres como sujeitas de sua própria vivência, na relação com outras experiências, e em meio a estruturas capitalistas, racistas e sexistas, em diferentes tempos e espaços (Rovai, Monteiro, 2020). Além disso, contribui para pluralizar narrativas, rompendo com concepções lineares, homogêneas e pretensamente neutras, colaborando para uma educação emancipadora, crítica e anti-machista.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Igreja Católica exerceu um papel essencial na construção de um ideal de mulher vinculado ao lar e à maternidade. Essa mulher, moldada a partir da figura da Virgem Maria, tinha como principais virtudes a docilidade, a humildade e a submissão. Essa mística, por sua vez, contribuiu para reforçar uma opressão de gênero, que, na pretensão de exaltá-la, a manteve o mais distante possível de assuntos e espaços políticos, “naturalmente masculinos”. Entretanto, diante das transformações vivenciadas pela instituição religiosa, sobretudo na América Latina, a partir da Teologia da Libertação e de seu compromisso em dar voz aos oprimidos, essa definição de papéis de gênero se modificou.

É nesse contexto de progressismo religioso, quando a Igreja percebe que os problemas sociais não podem mais ser apartados da prática cristã, que movimentos como a Ação Católica Rural encontram terreno fértil para sua evangelização libertadora. O *Grito no Nordeste*, embebido dessas ideias e em um movimento contra-hegemônico, exerce, portanto, papel significativo na contestação dessas hierarquias de gênero, bem como na construção de um novo ideal de mulher, comprometida com as lutas de sua classe, a partir do exemplo da mesma Virgem Maria.

Assim, ao discutir o cotidiano das trabalhadoras rurais e denunciar as opressões de gênero que o perpassam das mais variadas formas, o jornal contribuiu para o despertar de uma consciência crítica dessas mulheres, demonstrando-lhes possibilidades de enfrentamento dessa situação. A partir de suas páginas, é possível concluir, dentre outros aspectos, que a *plantation* só se mantém pela superexploração do trabalho feminino, exercido dentro e fora do lar. Com suas diferentes formas de trabalho – não remunerados e/ou sub-remunerados –, são as mulheres que garantem a reprodução e a sobrevivência da classe trabalhadora. Uma das formas de participação feminina mais evidenciada pelo jornal diz respeito aos cuidados domésticos e a ação sindical, entretanto, a própria ACR só foi capaz de manter-se e ampliar-se graças ao trabalho das mulheres, aspecto a ser investigado em futuras pesquisas.

Ademais, apesar dos avanços já conquistados pelos movimentos feministas em prol da História das Mulheres e da análise de gênero, ainda há um longo caminho a ser percorrido, sobretudo no ensino básico, onde perpetuam-se os silenciamentos. Discutir a participação feminina em diferentes espaços de atuação ao longo da história continua sendo, em certa medida, uma tarefa hercúlea, favorecida pelo surgimento de novas fontes como o *Grito no Nordeste*. Nesse sentido, é indispensável pensar o potencial desse jornal para a construção de um ensino de História comprometido com as lutas das mulheres, sobretudo das classes trabalhadoras.

Por fim, um dos principais anseios dessa pesquisa é demonstrar que, mesmo entre os labirínticos canaviais, onde a opressão de gênero somava-se às já extenuantes e desumanizantes condições de trabalho, houve mulheres que, apoiadas sobretudo nos ombros de outras companheiras, não esmoreceram ou deixaram de acreditar que “amanhã será melhor”. Essas mulheres, ao reafirmarem sempre a importância do apoio uma das outras, ecoam, mesmo sem saber, o lema feminista “companheira, me ajuda, que não posso andar só, eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor.”

## 6. REFERÊNCIAS

### Fontes

- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano I, jan.-mar, 1967. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano II, abr.-jun, 1967. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano III, jan-mar, 1969. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano III, jul-set,1969. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano V, jul -nov, 1972. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano VII, jul-set, 1973. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano IX, out-dez 1975. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano X, abr-jun 1976. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XI, jul-set 1978. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIII, jul-set 1979. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIV, jul-set 1980. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XVII , mai-jun 1984. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XIX, mar-abr, 1985. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, nov-dez, 1986. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jan.-mar 1987. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, jul-ago, 1987. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XX, nov-dez, 1987. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXI, mar-abr, 1988. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXI, nov-dez, 1988. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.
- Jornal *Grito no Nordeste*. Ano XXII, jan-fev 1990. Arquivo ACR. NUDOC/UFPE.

### Bibliografia

- ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. A Ação Católica Rural: mudanças e desafios políticos de 1978 a 1985. **Crítica Histórica**, Alagoas, v.9, n.18, p.89-118, 2018.

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. **Construindo o sindicalismo rural: lutas, partidos, projetos**. Recife: universitária, 2005.

ARAÚJO, Guilherme. Vida de Canavial – A mulher. Youtube, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mgoGVO19jTQ>.

BEZERRA, Marcela Heráclio. **Mulheres (des) cobertas, histórias reveladas: relações de trabalho, práticas cotidianas e lutas políticas das trabalhadoras canavieiras na zona da mata sul de Pernambuco (1980-1988)**. Recife, 2012. 234 folhas Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2012

CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social de gênero**. Estudos sobre sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p. 11-22, jun, 1994.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**. (19), 2002.

COSTARD, L. Gênero, currículo e pedagogia decolonial: anotações para pensarmos as mulheres no ensino de História. **Fronteiras & Debates**, Macapá, v. 4, n. 1, p. 159-175, 2018.

DABAT, Christine. **Moradores de Engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. Tese de Doutorado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

DUSSEL, Enrique (Org.). **História liberationis: 500 anos de história da igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

FETAPE. **Açúcar com gosto de sangue: violências na zona canavieira de Pernambuco**, 1984.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques, **Arquitetura espacial da *plantation* açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, séc. XX)**. Recife: Editora UFPE, 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. O Golpe de 64 e a retomada do autoritarismo estrutural no mundo dos engenhos de Pernambuco. In. SILVA, Marcília Gama da; SOARES, Nunes Thiago. **Pernambuco na Mira do Golpe**. Volume 3: mundos dos trabalhos e dos trabalhadores. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p.147-167.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Situando diferenças, v.5, p. 7-41, 1995.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, vol. 17. n. 1, 2009 : 215-241.

KURIAN, Rachel; JAYAWARDENA, Kumari. Plantation Patriarchy and Structural Violence: Women Workers in Sri Lanka. In Roopnarine L, Mahase R, Hassankhan MS (editors). **Social and Cultural Dimensions of Indian Indentured Labour and its Diaspora: Past and Present**. New York: Routledge. 2017. p. 25-50

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome: pesquisas nas regiões açucareiras do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos deuses: religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 111-154.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução: Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski de. O historiador - docente entre as práticas e os saberes das políticas de formação continuada. In: **Seminário de História Política: Olhares além das práticas**, 2., 2011, Rio Grande. Anais eletrônicos... Rio Grande, 2011.

MELLO, Soraia Carolina de. **Discussões feministas na imprensa para mulheres: revista Claudia e o trabalho doméstico (1970-1989)**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

MINTZ, Sidney. **O poder amargo do açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados**. 2a Ed. Recife: EdUFPE, 2010

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil**. Recife: CEPE, 2019.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFSC, v.8, n.2, p.9-41, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, jan.-jun. 2011.

PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. *Revista Estudos Feministas*, Vol. 17, n. 1/2009, p. 159-189

ROBIN, Régine. **História e linguística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; MONTEIRO, Livia Nascimento. História das mulheres e História pública: desafios e potencialidades de um ensino posicionado. **Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.]**, v. 14, n. 27, p. 206–230, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Pedro Henrique Pacheco da. **Ação Católica Rural: um compromisso libertador em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2012.

SILVA, Severino Vicente da. **Entre o Tibre e o Capibaribe: Os limites do Progressismo Católico na Arquidiocese de Olinda e Recife**. Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife a respeito do grau de adesão ocorrida das ideias e práticas do chamado catolicismo progressista e de suas impossibilidades. Recife: Editora UFPE, 2014.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, jul./dez., p. 1-35, 1990.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1997

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, p. 281-300, 2007.

SOIHET, Rachel. História das mulheres e história de gênero: um depoimento. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 77-87, 2013

SOUTO, Aline de Souza. **Semeá, adubá, tratá: as intersecções nas experiências das mulheres na Zona Canavieira de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SOUZA, Maria Gabriela Vieira de. **Fermento da massa : formação da militância da Ação Católica Rural nos primeiros anos de fundação (1965-1968)**. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2023

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. As estratégias do uso do Gênero no ensino de História: narrativa histórica e formação de professoras. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.4, n.8, jan./jun., p.49-65, 2015